



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Monografia

**A DIMENSÃO PEDAGÓGICA NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS:
PRÁTICA PROFISSIONAL E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS**

IGOR ARAÚJO BARREIROS COSTA

Mariana - MG
2021

IGOR ARAÚJO BARREIROS COSTA

**A DIMENSÃO PEDAGÓGICA NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS:
PRÁTICA PROFISSIONAL E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Claudio H. M. Horst.
Universidade Federal De Ouro Preto

Mariana - MG
2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

Igor Araújo Barreiros Costa

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS: prática profissional e tendências pedagógicas

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 16 de Abril de 2021

Membros da banca

Doutor Claudio Henrique Miranda Horst - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Mestre Alessandra Ribeiro de Souza (Universidade Federal de Ouro Preto)
Mestre Taciane Couto Gonçalves (Universidade Federal de Mato Grosso)

Claudio Henrique Miranda Horst, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28/04/2021



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Miranda Horst, PROFESSOR DE MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 28/04/2021, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0164831** e o código CRC **9FC075CC**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.003925/2021-32 SEI nº 0164831

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

https://sei.ufop.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=184630&infra_sistema=1... 1/1

RESUMO

Esta monografia objetiva explorar no Serviço Social brasileiro a dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais. Para isso, definimos como objetivo geral: Refletir sobre a dimensão pedagógica no exercício profissional de assistentes sociais a fim de demonstrar sua potência como instrumentalidade no fortalecimento do Projeto Ético- Político profissional. Como objetivos específicos, delimitamos: a) compreender o surgimento, desenvolvimento e contradição do Serviço Social a fim de demonstrar sua natureza e dimensão ético-política; b) avançar na compreensão da dimensão político-pedagógica do Serviço Social pelo estudo do caráter sócio-educativo do trabalho de assistentes sociais; c) Contribuir para a reflexão crítica do Serviço Social brasileiro identificando suas determinações pedagógicas, potencialidades e limitações. A metodologia foi construída a partir da pesquisa bibliográfica, qualitativa a partir da aproximação crítica-dialética da temática. A partir da reflexão dos fundamentos do Serviço Social, percebe-se sua justificativa na razão de atender as expressões da “questão social”, e identifica-se nesta razão a dimensão político-pedagógica do trabalho de assistentes sociais, no intuito de qualificar o debate sobre este aspecto e contribuir para a construção e compreensão das estratégias pedagógicas profissionais. Demonstra-se os distintos princípios educativos - vinco fecundo da efetivação de processos ideológicos na racionalização produtiva e social - evidenciados no desenvolvimento do Serviço Social dentro do processo de formação sócio-histórica do Brasil, estabelecidos como *conformismo mecanicista; emancipatório politizante e colaboracionista pacificante*. Conclui-se que as práticas e referências que os distingue, e os defende como paradigmas de atuação coexistem e relacionam-se de diversas formas na cultura profissional, na formação acadêmica e no fazer profissional de assistentes sociais.

Palavras-chave: Serviço Social brasileiro. Dimensão pedagógica do Serviço Social. Trabalho de assistentes sociais.

ABSTRACT

This monograph aims to explore in the Brazilian Social Service the pedagogical dimension of the work of social workers. For this, we defined as a general objective: Reflect on the pedagogical dimension in the professional practice of social workers in order to demonstrate its potency as instrumentality in the strengthening of the professional Ethical-Political Project. As specific objectives, we delimit: a) understand the emergence, development and contradiction of Social Work in order to demonstrate its nature and ethical-political dimension; b) to advance in the understanding of the political-pedagogical dimension of Social Work by studying the socio-educational character of the work of social workers; c) Contribute to the critical reflection of the Brazilian Social Service, identifying its pedagogical determinations, potentialities and limitations. The methodology was built from bibliographic research, qualitative from the critical-dialectic approach of the theme. From the reflection of the fundamentals of Social Work, its justification in the reason of meeting the expressions of the “social question” is perceived, and in this reason the political-pedagogical dimension of the work of social workers is identified, in order to qualify the debate. on this aspect and contribute to the construction and understanding of professional pedagogical strategies. The different educational principles are demonstrated - fruitful crease in the realization of ideological processes in the productive and social rationalization - evidenced in the development of Social Work within the process of socio-historical formation in Brazil, established as mechanistic conformism; emancipatory politicization and peaceful collaborationist. It is concluded that the practices and references that distinguish them, and defend them as performance paradigms coexist and are related in different ways in the professional culture, in the academic formation and in the professional work of social workers.

Keywords: Brazilian Social Service. Pedagogical dimension of Social Work. Work of social workers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: NATUREZA DO TRABALHO E DIMENSÃO POLÍTICA	23
CAPÍTULO II – A DIMENSÃO POLÍTICA E PEDAGÓGICA DO TRABALHO PROFISSIONAL	37
CAPÍTULO III – ESTRATÉGIAS E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

INTRODUÇÃO

A questão que se dedica este trabalho é o estudo do Serviço Social brasileiro como totalidade histórica e suas particularidades, com enfoque na dimensão político-pedagógica do trabalho de assistentes sociais e suas configurações históricas. Trata-se de uma análise dos fundamentos da profissão, sua função e significado na sociedade, que visa contribuir na construção de estratégias profissionais críticas teoricamente embasadas e eticamente alinhadas ao projeto de profissão que defende a “construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. Que tenha na liberdade um valor ético imprescindível e que reivindique a “autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”; em constante luta por ampliação e defesa direitos humanos - civis sociais e políticos - fortalecendo a “democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”; combatendo preconceitos e promovendo a diversidade e a “participação de grupos socialmente discriminados”.

Além de buscar garantir o contínuo amadurecimento teórico/intelectual da categoria favorecendo a formação continuada e respeitando “às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas”; atento a qualidade dos serviços prestados “sem ser discriminado/a, nem discriminar” e buscando articulação com variados movimentos sociais que sejam condizentes a esses princípios apresentados¹ (CFESS, 1993).

Destarte na qualidade de pesquisa estamos sempre atrasados frente a realidade que é dinâmica e implacável. O presente material começou a ser produzido no final de 2019 e fomos rapidamente atropelados pela maior pandemia do século XXI, causada pelo Novo Coronavírus² (COVID-19). A pandemia levou à suspensão das atividades acadêmicas durante quase todo o ano de 2020 e o retorno se dá gradual e cheio de questões; dentre outras consequências citamos o agravamento da crise estrutural capitalista “que tem sido enfrentada pelo grande capital internacional através de soluções políticas de extrema direita com características protofascistas” (PINTO; CERQUEIRA, 2020, p. 39), acarretando em um enorme contingente de pessoas desassistidas e desamparadas mundo afora com aumento exponencial não só nos números de óbitos por COVID-19, mas essencialmente nos os níveis de desigualdades sociais/econômicas e diversos transtornos associados direta e indiretamente

¹ Princípios Fundamentais do Código de Ética profissional do/a Assistente Social – Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de Março de 1993.

² Trata-se de um vírus altamente contagioso e potencialmente fatal, com o agravante de acometer muitos pacientes simultaneamente causando colapso nos atendimentos hospitalares e no Sistema Único de Saúde-SUS como um todo. Além dos sintomas e sequelas ainda não identificados há centenas de milhares de mortes já causadas em todo o planeta por complicações clínicas após a infecção desse vírus, que ocorre pelo contato direto entre pessoas infectadas e/ou superfícies e gotículas no ar.

a pandemia, como adoecimentos mentais (depressão, ansiedade, etc...), decomposições familiares, aumento da miséria e de desempregados entre outros tristes fatores que precisam ser enfrentados com seriedade e compromisso ético e social.

Como medida de segurança, precaução e controle do número de casos e consequentemente de internações e óbitos, protocolos de biossegurança tornaram-se notórios mundialmente, o que evita a disseminação do vírus e o agravamento da pandemia inviabilizam muitas atividades econômicas, comerciais e industriais, daí evidencia-se o velho cenário de interesses/prioridades antagônicos – a luta de classes.

[...] a maioria dos países têm adotado políticas de isolamento social como única forma de contenção da pandemia, explicitando a fraqueza e a incapacidade atual dos Estados de atender à população. O resultado dessa política é a acentuação ainda maior do recorte de classe, uma vez que boa parte da população mundial não possui as condições necessárias para realizar o isolamento devido às condições precárias de trabalho, de saúde e de moradia. Ou seja, [...] a maior parte da população fica vulnerável ao vírus e sem acesso ao sistema de saúde, aprofundando ainda mais as desigualdades e potencializando o número de vítimas da COVID-19 em todo o mundo (PINTO; CERQUEIRA, 2020, p. 39)

Fato é que a pandemia afetou negativamente e a nível global o processo de produção e reprodução capitalista e de troca/circulação de mercadorias e de pessoas aprofundando significativamente a crise capitalista e confirmando, como destaca Boschetti e Behring (2020, p. 68), a atualidade da análise marxista da lógica do capital e sua lei geral de acumulação e centralização privada das riquezas socialmente produzidas. A autora, apoiada em Mandel (1990, apud BOSCHETTI; BEHRING, idem), aponta que a crise estrutural capitalista se configura pela relação dicotômica de superprodução de mercadorias frente a inexistência de poder de compra massivamente disponível para adquiri-las de forma que realize o lucro ou superlucro esperado.

Didaticamente podemos sintetizá-la em superprodução *versus* subconsumo de mercadorias, o que deixa a taxa média de lucros em curva decrescente e suscita diferentes ardis das classes sociais. Então, por óbvio a crise estrutural capitalista já imperava pré-pandemia, evidentemente está se agravando; e pós-pandemia certamente seguiremos em crise capitalista, até que se construa alternativas societárias contundentes³. Assim,

Pelo estágio atual do capital, apoiado na financeirização da economia e na implementação de políticas draconianas de austeridade fiscal, faltam estruturas de atenção à saúde e de assistência para fazer frente à tragédia que se apresenta. Na verdade, a pandemia é produto da dinâmica do sistema e seu

³ “Para nossa lástima, o aprofundamento das condições objetivas para a intensificação das lutas entre os interesses antagônicos das classes não é suficiente para gerar a reação da classe trabalhadora, capaz de inverter a correlação de forças e promover a inversão da prevalência dos interesses da classe dominante. Há que se ter as condições subjetivas desenvolvidas: organização autônoma, método de luta direta, projeto estratégico de ruptura com a ordem como horizonte e constituição do sujeito coletivo com força para fazer acontecer”.(PINTO; CERQUEIRA, 2020, p. 41)

enfrentamento se dá de acordo com a lógica dele: vidas submetidas à capacidade de lucrar, mesmo em tempos de mortalidade em massa. Na medida em que a ocupação do espaço pelo capital produz intersecções de diferentes biomas causando maior desequilíbrio entre os seres vivos, produzindo enfermidades, combinado à destruição da natureza e suas reservas de vida; e, se soma à destruição de equipamentos, infraestrutura e políticas públicas que poderiam responder a uma calamidade desta proporção, haja vista a retirada dessa ação da esfera do Estado, abolindo políticas públicas que asseguram a atenção na perspectiva de direitos e não de produto que se compra no mercado, acessível a quem tem recurso para comprar, ou transformando-as em programas emergenciais direcionado, quando muito, aos mais pobres dos pobres. (PINTO; CERQUEIRA, 2020, p. 42)

É notoriamente caótica a situação e exige respostas dos Estados e de toda a sociedade no seu enfrentamento. Contudo complexo se agiganta no mundo “globalizado” do capitalismo imperialista, que percebe a crise da COVID-19 de diferentes e até conflitantes maneiras e por vezes não a percebe ou a nega explicitamente. A área da Ciência, sobretudo ciências-médicas e biológicas, deve (ou deveria) assumir protagonismo no ordenamento das ações de combate e controle da pandemia, mas muitos governos não estão dispostos a ceder, mesmo que minimamente e temporariamente, a primazia econômica da “normalidade”. Haja vista que,

a saída da crise, de acordo com o pensamento conservador e aplicada pelos governos da grande maioria dos países combina: (i) mais recursos para a manutenção da lógica de valorização do capital fictício; e (ii) maior arrocho das condições para a classe trabalhadora, neste momento, a crise sanitária é utilizada para implementar, ainda mais profundamente, o ajuste econômico. Quem pagará a conta pelos prejuízos provocados pela crise do capitalismo contemporâneo é a classe trabalhadora e, em especial, seus setores mais pauperizados que paga com a perda, em números massivos, da vida. (PINTO; CERQUEIRA, 2020, p. 47)

É lamentável e acarreta em consequências nefastas a condução de líderes eleitos como Bolsonaro (Brasil) e Trump (EUA), que encabeçam verdadeiras campanhas de desinformação e descredibilização quanto à real situação caótica global. Abertamente contrários a todas as recomendações médicas e científicas ao cúmulo da desumanidade de apresentar sugestões como: ingerir água sanitária/desinfetante e tomar remédios aleatórios preventivamente sem nenhuma eficácia comprovada. Muitos destes governos cinicamente adotam medidas contra a COVID-19, principalmente por pressão dos setores técnicos em saúde pública, e por “constrangimento” internacional, e algum questionamento do empresariado e da mídia. Mas ao mesmo passo, demagogicamente desobrigam e desobedecem estas próprias medidas. Dessa forma, os notórios protocolos de biossegurança são postos em cheque por retóricas essencialmente pós-modernas - negacionistas, subjetivistas, terra-planistas, anti-científicas e a-históricas - de bases claramente conservadoras políticas e economicamente que levam a cabo interesses de conservação e ampliação das relações capitalistas indiscriminadamente “passando a boiada”.

Não obstante, mas com muitas dificuldades há movimentos de organização e enfrentamento à COVID-19 que partem de diversos segmentos da sociedade com diferentes propostas e alcances. Por exemplo, as equipes hospitalares vêm formando rede de apoio psicossocial para os/as profissionais da linha de frente, que têm passado por extensivos plantões e situações traumáticas, momentos de acolhida e de compartilhar experiências frustrações e motivações são importantes e devem ser reconhecidos.

No Brasil, mesmo com o governo federal inerte ou até mesmo trabalhando para a disseminação descontrolada da COVID-19, o SUS e o SUAS têm tido papel fundamental no atendimento da população, mesmo em condições precárias e ao custo da vida de muitos profissionais da saúde⁴. Também destacam-se as ações das universidades públicas, institutos federais, CEFETs e INCTs que têm atuado em diferentes frentes no combate à COVID-19, como: na produção de ventiladores mecânicos de baixo custo, na produção de equipamentos de proteção individual para os trabalhadores nas linhas de frente, na produção e distribuição de álcool gel, na elaboração de análises e previsões sobre a evolução da pandemia em diferentes centros urbanos, na realização de testes para diagnóstico de COVID-19, na realização de estudos sobre o tratamento e para produção de vacinas, no desenvolvimento de ações de solidariedade, assim como na participação em comitês técnicos de estados e municípios. Isto é, instituições públicas que vêm cumprindo com sua função social mesmo quando não há uma política pública em defesa da vida por parte do governo federal, mostrando mais uma vez a importância da autonomia das instituições públicas e do trabalho dos servidores públicos. Mesmo com essas ações de importantes setores do serviço público, a política irresponsável do governo, impulsionada principalmente pelo capital financeiro, coloca em risco a vida de milhões de brasileiros, promovendo um verdadeiro genocídio. (PINTO; CERQUEIRA, 2020, p. 50)

Dado o exposto cenário de pandemia e crise capitalista “enfrentados” sob a lógica monopolista imperialista, destacamos que: a população pobre, preta, periférica, indígena, idosa, privada de liberdade, refugiados, em situação de rua, em subempregos e/ou desempregados, as mulheres e as pessoas com deficiência - a minúcia da classe trabalhadora - é quem está mais vulnerável a COVID-19 e ao mesmo tempo não têm condições objetivas/materiais de cumprir a necessária quarentena/isolamento. Muito pelo que observa Pinto e Cerqueira (2020, p. 45), este público é quem toca os “serviços essenciais” (padarias, farmácias, postos de combustíveis, etc...) e não lhes foi dada a oportunidade de adaptar suas rotinas à formas remotas de trabalho, ficando-os portanto “obrigados a trabalhar mesmo sob condições inseguras e com salários que não cobrem o básico de suas necessidades”.

Fora que estão triplamente desprotegidos/das, tanto pela inércia do poder público que só faz precarizar e privatizar os serviços de fato essenciais (seguridade social e demais políticas

⁴ Infelizmente já passam das centenas de vidas de profissionais assistentes sociais perdidas no combate à COVID-19, na linha de frente em hospitais, centros de atendimento psicossocial, e demais espaços sócioocupacionais precarizados e que não oferecem equipamentos de proteção individual/coletiva. Muitos destes e destas listados e homenageados no memorial produzido pelo conjunto CFESS/CRESS juntamente da ABESS, embora o número preciso ainda não tenha sido apurado. <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial#assistentes-sociais>

públicas); quanto nos trabalhos⁵ como dito; e dentro de suas casas (quando as têm) onde a prevenção à COVID-19 é no mínimo inviável, visto que

50% das moradias da população brasileira não têm acesso à serviços de esgoto sanitário, 33 milhões de brasileiros vivem sem abastecimento de água confiável, em vários estados da região norte e nas favelas em mais de 20% das moradias três ou mais pessoas vivem em um único cômodo. (PINTO; CERQUEIRA, 2020, p. 45).

O público enfatizado no parágrafo anterior é, em grande medida, quem compõe a população atendida por assistentes sociais enquanto usuários de diferentes serviços e políticas sociais públicas e privadas, dentro e fora do contexto de pandemia. Ademais, o Serviço Social é reconhecidamente uma profissão da Saúde (conforme resolução do CFESS nº 383 de 1999); e ainda tem o dever ético de “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (Artº 3, alínea d, do Código de Ética de Assistentes Sociais). Logo, o Serviço Social é profissão de linha de frente no combate à pandemia. E deve buscar conjuntamente adaptar seus espaços e serviços profissionais, adequando-se a higienização das mãos e superfícies, o uso de equipamentos de segurança individual e coletivos e não provocando aglomerações. Adequações mais estruturais devem vir, e expressam o compromisso do Estado enquanto gestor dos serviços sociais configurados nas Políticas Sociais, mas profissionais precisam articular suas competências e sua autonomia para pressionar a adoção de protocolos e zelar pela continuidade e qualidade dos serviços com segurança (suspendendo ou adiando algumas ações que julguem incoerentes ao momento).

A postura da categoria frente à pandemia e suas questões, bem como a atuação dos e das profissionais na condução e defesa dos serviços prestados com qualidades e da essencialidade da assistência social evidencia o horizonte desta pesquisa, a dimensão pedagógica do serviço social. Pois as impostas transformações societárias endossam a necessidade do Serviço Social profissão e aceleram processos de modernização e precarização dos trabalhos, e faz demandar distintos perfis pedagógicos profissionais. E aqui reivindicamos uma prática pedagogicamente politizante e emancipatória orientada a bem informar e mobilizar conscientemente os e as usuários/as a lutarem pela atenção e ampliação

⁵ A precarização do trabalho assume novas dimensões e manifestações na atualidade, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, ainda que com diferentes intensidades, considerando-se a divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho. No âmbito das relações trabalhistas, desde os anos 1990 experimenta-se um processo permanente de erosão do trabalho contratado, regulado e protegido dominante no século XX (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 139). Somado a um avanço da digitalização do mundo do trabalho impulsionado pela pandemia, mas expressão de um projeto anterior de flexibilização e desregulamentação trabalhista com aspirações à aumento de produtividade e redução de custos. Produzindo significativas mudanças na sociabilidade contemporânea e aumentando o poder de controle e vigilância do capital sobre o trabalho e os/as trabalhadores.

dos seus direitos. Tanto nas questões do COVID-19, quanto para além, na construção de uma sociedade sem explorações e opressões de gênero, classe e etnia.

O Serviço Social Brasileiro é considerado na presente pesquisa como parte do trabalho coletivo, como profissão de ponta, nos tratos da “questão social” pelas mediações do Estado às suas múltiplas expressões. Portanto, um trabalho que realiza-se sobre as relações sociais, entre homens e mulheres, imprimindo-lhes determinado sentido e valores na dinâmica da reprodução da sociedade. Deste modo, o exercício desse profissional é mediatizado “pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da “questão social”, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social” (ABREU, 2016, p. 21).

A “questão social” em uma leitura marxista é a expressão concreta dos interesses antagônicos das classes fundamentais na sociedade capitalista. Caracteriza-se pelo empobrecimento das massas trabalhadoras face à concentração de riquezas dos donos de meios de produção. Esta, “se expressa no conjunto dos problemas sociais, econômicos e políticos e nas formas de intervenção do Estado e da sociedade civil sobre os mesmos” (ABREU, 2016, p. 38).

Logo, a “questão social” ao provocar respostas sistemáticas e cada vez mais combativas do conjunto da sociedade faz acirrar o motor da história – a luta de classes, expressão política e concreta da “questão social”. De tal forma que irrompe, ora reformas administrativas, ora revoltas revolucionárias que, conforme demonstraram Marx e Engels ([1848] 2019, p. 23), a sociedade trava historicamente entre oprimidos e opressores, trabalhadores e capitalistas; “luta sem trégua, ora velada, ora aberta” e que resulta em um processo dialético de transformações societárias.

Neste cenário, o Serviço Social em suas protoformas majoritariamente caritativo-cristãs, surge vinculado organicamente a classe dominante, política e economicamente, juntamente de outras profissões inclusive criadas no propósito de impor uma consciência social determinada – a consciência conformista. Esses agentes passam a operar pela razão de estabelecer valores morais e filosóficos necessários, segundo Abreu (2016, p. 23), para o desenvolvimento de uma *cultura hegemônica adequada às exigências da classe dominante capitalista*; como, v.g., a exigência de aceitar o trabalho assalariado e de naturalizar as desigualdades inclusas – as expressões da “questão social”. Nesses termos, consideramos a afirmação de Gramsci (1978, p. 48, apud ABREU, 2016, p.23), de que “cada relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”.

Nessa direção, compreendemos o Serviço Social brasileiro como uma profissão interventiva de cunho educativo. Que se institucionalizou a partir do capitalismo monopolista e da expansão imperialista, sob a hegemonia da América do norte, no final do século XIX e início do XX. Impulsionado pela crise de 1929, de superprodução, e as saídas apontadas pela classe dominante, que demandou um Estado interventor no âmbito do liberalismo, da economia flexível. “Nessa dinâmica, as respostas às demandas dos trabalhadores são refuncionalizadas de modo a estimular a maximização dos lucros” (IAMAMOTO, 2015, p. 170).

Neste contexto a profissão ganha espaço e se institucionaliza, com forte influência das formas de atenção às expressões da “questão social” sob o viés do assistencialismo-caritativo, de ações sociais de igrejas, sobretudo a católica, e do Estado; como também, recebeu influências das associações de caridade, de movimentos sociais, políticos organizados e aqui destaque iniciativas sindicais e de organização revolucionária no âmbito da luta de classes.

Contudo, as iniciativas de caridade organizadas, as protoformas do Serviço Social, passam a ser superadas a partir do movimento impulsionado, sobretudo pela crescente demanda e abertura de espaços de atuação profissional, com as demandas de um corpo técnico especializado. Isto é, “a profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadas pela industrialização e urbanização, que trazem no seu verso, a ‘questão social’ (IAMAMOTO, 2015, p. 171).

Dessa forma, a profissão se qualifica teórica e tecnicamente fundamentada, fortemente, no pensamento conservador. Embalada por suas origens na filantropia de raízes cristão-humanistas somado ao novo padrão racional administrativo de vertente positivista, ascendente no período de reorganização produtiva pós-crise de 1929. Faz-se presente neste caldo ideológico de conformação e institucionalização do Serviço Social brasileiro, sobretudo por parte da influência estadunidense na profissão, uma linha *psicanalítica-freudiana* com foco na “ajuda psicossocial individualizada” (ABREU, 2016, p. 50).

Irrrompe pelo exposto processo, um profissional técnico qualificado e de lido fazer, tradicional moderno – conservador reacionário. Apto a dar respostas às necessidades pungentes e imediatas da massa da classe trabalhadora que subsiste, mas, de maneira que, atende a demanda da elite da classe capitalista com o objetivo de controle social. E assim, o Serviço Social foi demandado por essa classe dominante para participar do processo de organização da cultura como um trabalhador historicamente adequado às exigências do modo de produção capitalista.

As funções pedagógicas - persuasiva e coercitiva - para as quais foram requisitados os(as) assistentes sociais inserem esses profissionais nas formas de organização do consentimento e da adesão das classes subalternas à “nova” ordem do capital, ou seja, vinculam a intervenção profissional ao conjunto de mediações que concretizam a articulação orgânica entre a produção material e a reprodução física e subjetiva da força de trabalho; *conectam, portanto, a prática profissional com estratégias e mecanismos sociopolíticos, culturais e institucionais, necessários para o enquadramento da reprodução social aos padrões morais de sociabilidade e do controle político sobre os subalternizados* (ABREU, 2016, p. 51, grifos nossos).

Destarte, o trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade, na maior parte dos espaços sócio-ocupacionais, é no trato direto com a população usuária das políticas públicas na atenção às expressões da “questão social”. Seja no plantão social, dentro de hospitais, em serviços de grupos e fortalecimento de vínculos, cadastro e avaliação de benefícios socioassistenciais ou em situações de calamidades, por exemplo. A prática profissional dá-se a partir de um contato institucional, mediado por um contrato de trabalho e uma demanda objetiva. Onde se estabelece “relações pedagógicas” sob a forma de “ação material e ideológica”, ordinárias do fazer profissional, o que interfere “na reprodução física e subjetiva” dos sujeitos envolvidos. Tanto nos usuários atendidos, quanto “na própria constituição do serviço social”. Fica flagrante assim a dimensão pedagógica do trabalho do/a assistente social pela incidência da prática profissional no processo de “organização da cultura” (ABREU, 2016, p. 22).

Desse modo, *substancialmente implícitos nas ações cotidianas do trabalho de assistentes sociais estão determinados valores éticos, morais e ideológicos* historicamente reproduzidos pela classe dominante e impostos ao Serviço Social, bem como a totalidade da sociedade, no âmbito da reprodução das relações sociais na hegemonização da ideologia da classe dominante.

É neste ponto em que nos atemos: há influências na consciência dos usuários atendidos por assistentes sociais. Intencionados tanto pela instituição contratante como representante majoritariamente da classe dominante; como pelo profissional, enquanto *intelectual*; como pelo movimento macroscópico da luta de classes e as legítimas organizações e respostas da classe trabalhadora à cultura de opressão e exploração; tudo ainda sujeito ao nível de desenvolvimento histórico das forças produtivas e aos relativos parâmetros culturais de cada região e suas particularidades.

Cabe destacar que compreendemos o *intelectual*, no sentido gramsciano, como o agente político que manobra e dá consistência à ideologia referente a classe a qual se vincula na razão de torná-la hegemônica na sociedade. Reafirmando o posicionamento comunista do italiano, Pedro Santos (2017, p. 113) ressalta que: “inexiste intelectual que não esteja

vinculado a um determinado projeto político ideológico. Assim, ou ele exerce a sua atividade ideológica a favor da legitimação do poder dos grupos dominantes ou a [...] um novo projeto societário socialista”. Em outras palavras:

Os intelectuais são as células vivas da sociedade civil e da sociedade política, eles são os que elaboram a ideologia da classe dominante, [...] transformando-a em uma ‘concepção de mundo’ que impregna todo o campo social. [...] os intelectuais são os encarregados de animar e administrar a ‘estrutura ideológica’ da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igreja, sistema escolar, sindicatos, partidos etc. (PORTELLI, 1974, p. 98, apud WANDERLEY, 2012, p. 21).

Portanto, impugnar no Serviço Social brasileiro o papel coercitivo sobre a consciência social geral é desconsiderar a influência do Serviço Social na reprodução de determinada *hegemonia*⁶ para que se reproduza certa estrutura social. Seria um caminho analítico que não conceberia o Serviço Social tal como é: profissão inerente ao capitalismo e sua contradição central a “questão social” e suas expressões.

Assim, tomamos a “questão social” como eixo pelo qual se compreende e se concebe a profissionalização do Serviço Social dentro do processo social dinâmico da realidade brasileira, onde a luta de classes assume e provoca múltiplas determinações. Uma vez que,

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e o seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77).

De tal modo que, em determinado momento do desenvolvimento societário, a classe dominante política e economicamente, passa a operar material e subjetivamente na razão de impor a racionalidade burguesa alicerçada no formalismo e na abstração, através da sociedade civil, do Estado, difundindo o discurso liberal de que todos as/os cidadãos são iguais sem considerar as desigualdades econômicas, raciais, de gênero, e etc. De forma a velar a categoria de classes sociais antagônicas que, por conseguinte, vela o próprio modo de produção capitalista e sua lógica desumana.

Reproduz-se a contradição entre a igualdade jurídica de cidadãos “livres” e a desigualdade econômica que envolve a produção cada vez mais contraposta à apropriação privada do trabalho alheio. Em outros termos: [...] as relações sociais que sustentam o trabalho alienado com seus antagonismos e o mascaramento ideológico que encobre e revela sua verdadeira natureza (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 74).

⁶ Também em uma leitura gramsciana, Neves (2017) aborda hegemonia como “uma concepção de mundo, um objeto de consentimento que oferece condições de reconhecimento, transcende interesses e se faz com a participação ativa dos sujeitos políticos. [...] fundamenta pelo consentimento, pela direção político-ideológica, pela persuasão permanente e pela batalha cultural. [...] hegemonia não pode ser confundida com dominação; hegemonia representa uma direção, conquista, luta, “guerra de posição”.

Dessa forma, como salienta Guerra (2000, p. 10), “reduzir a intervenção da/o assistente social à dimensão técnico-instrumental significa também limitar as demandas profissionais às exigências do mercado de trabalho”, significa, retroceder na construção de um projeto profissional comprometido com as classes trabalhadoras. Além de expressar uma leitura mecanicista dos artigos 4º e 5º da lei 8.662/93 que regulamenta a profissão do/a assistente social, que se referem respectivamente às competências e às atribuições privativas de assistentes sociais⁷.

É não observar que, nas palavras de Yamamoto (2004, p. 101), ao absorver as demandas da classe trabalhadora “mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão” adentra-se a população sem propor mudanças estruturais e/ou efetivas na sociedade capitalista, nem tampouco fazer a crítica das contradições desse modo societário de produção. É, desconsiderar a potencialidade do trabalho do/da assistente social em seu singular contato com a população e a oportunidade de ampliar a luta da classe trabalhadora por necessidades humanas imediatas, juntamente com o fomento e participação na construção da crítica permanente ao modo de produção e organização societária baseada na exploração do trabalho alheio.

O que primeiro motivou essa pesquisa foi a intenção de saber e qualificar o que é o trabalho do/a assistente social e a vontade de explorar as potencialidades do lugar, do modo, do contato singular do Serviço Social com a população. Compreendendo o Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, que emerge como resposta estrutural às necessidades de uma determinada sociabilidade, a partir de certo grau de desenvolvimento histórico. Logo, compreendendo que assistentes sociais são trabalhadores técnicos e assalariados sujeitos às determinações do mercado de trabalho, como a inexorável exploração de sua mão de obra especializada, precarização dos postos e contratos de trabalho e exigências laborais operacionais. E nesses termos, considero-lhes como *intelectual*, capaz de conscientemente escolher entre as alternativas que se apresentarem e, também, de propor novas alternativas diante das reais circunstâncias subjetivas e objetivas vivenciadas por cada profissional e campo sócio-ocupacional.

Bem, se assistentes sociais trabalham com a consciência social pela abordagem e mediação técnica das/nas relações sociais - no trato das expressões da “questão social” por

⁷ Para um estudo das atribuições e competências da área do Serviço Social e seus espaços sócio-ocupacionais indica-se a leitura do material produzido por Marilda Villela Yamamoto, intitulado: Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. Presente no compilado elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão. 1ª ed. 2012. Bem como o material recém lançado pelo CFESS: Atribuições privativas do/a assistente social em questão – volume 2, 2020.

ações intersubjetivas de aporte material e ideológico mediatizados pelo Estado e sociedade civil: *trabalham na órbita de determinações essencialmente políticas fecundas na luta de classes*. Manipulando e expostos às diferentes correntes ideológicas explicitadas por diferentes metodologias e referenciais no trabalho cotidiano. Assim, propor uma abordagem pedagógica *emancipatória* frente a sobreposição das mercadorias ao ser social e o exacerbado individualismo meritocrático a reboque, é uma questão que também motivou esse trabalho.

Compreendemos o estudo acerca da dimensão pedagógica do Serviço Social importante para a profissão por se tratar de uma reflexão que incide diretamente na prática profissional e expressa a compreensão própria dos fundamentos, do significado e da função da profissão. É profícuo saber e refletir sobre a incidência do trabalho de assistentes sociais na organização da cultura e na consciência dos indivíduos envolvidos, pela razão de que, ao tomar ciência da dimensão e potencialidade pedagógica ligadas a sua prática o/a profissional pode-se assumir conscientemente o direcionamento deste caráter do trabalho.

Dessa forma, o presente estudo corrobora a autonomia e compromisso profissional pelo esforço em subsidiar uma reflexão crítico-propositiva do Serviço Social, o que possibilita a qualificação continuada dos serviços prestados, algo de grande valia para toda a sociedade e principalmente para a população usuária.

Pelo exposto, é flagrante a relevância científica e social de nossa temática, sobretudo, por endossar a crítica à um exercício profissional instrumentalizado a partir da razão dialética que fortalece um perfil de assistente social comprometido com as demandas da população usuária, assegurando-lhes informações pertinentes, somando-se a movimentos de reivindicações por direitos universais e cotidianamente pautar a emancipação humana pela crítica à exploração e opressão entre classes e indivíduos. Assim, esta pesquisa é, também, necessária aos estudantes de Serviço Social, por tratar diretamente a prática profissional e sua natureza essencialmente intersubjetiva e interventiva, dialógica e carregada de intencionalidades, temática por vezes invisibilizada na formação acadêmica.

Realizamos uma pesquisa de bibliografia em revistas do Serviço Social brasileiro, onde selecionamos seis (6) periódicos vinculados a programas de Pós-graduação em Serviço Social de diferentes estados e centros de ensino, com avaliação de excelência e relevância científica conferida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do sistema de avaliação de periódicos, *Qualis-Periódicos*. O exame foi limitado pelo recurso de busca digital disponibilizado nas plataformas online dos periódicos selecionados, para nivelar estabelecemos o período de 2005 até 2020 e como palavra chave digitamos “dimensão pedagógica do Serviço Social” nas caixas de pesquisa. Uma grande carência de

produções relacionadas à temática foi constatada. Nenhuma matéria que tratasse diretamente do assunto foi encontrada nas revistas: Serviço Social e Sociedade (Qualis A1); Argumentum (Qualis A2); Políticas Públicas do Maranhão (Qualis A2). Artigos que paralelamente e/ou implicitamente abordam a dimensão pedagógica do Serviço Social são mais facilmente encontrados, sobretudo, nas revistas Temporalis (Qualis B1); Katálysis (Qualis A1); e Textos e Contextos (Qualis A2). Geralmente focados em questões específicas como medidas socioeducativas com crianças e adolescentes, e sobre influências de Gramsci e de Paulo Freire no Serviço Social brasileiro conforme podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 1 - Pesquisas que abordam a dimensão pedagógica do Serviço Social em alguma medida.

Autor/a	Revista	Título do Artigo	Ano da publicação	Palavras Chave	Resumo
Adriana Giaqueto Jacinto	Katálysis	Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico	2017	Intelectual orgânico; Gramsci; Serviço Social; Dimensão educativa	Este ensaio aborda a contribuição do pensamento de Gramsci para o Serviço Social tendo como referência a apreensão das relações entre política e cultura, com ênfase na dimensão educativa do trabalho do assistente social. O questionamento central é, se o(a) assistente social, enquanto profissional que trabalha com a classe expropriada de seus direitos fundamentais, pode assumir o papel de intelectual orgânico, na concepção gramsciana. Parte da história de vida e obra de Gramsci para situar o conceito de intelectual orgânico e sua relação com outros conteúdos imbricados na temática da política e cultura, refletindo sobre a ampliação do entendimento de prática pedagógica, apreendendo-a no amplo processo de lutas de classes, vinculado à questão da hegemonia.
César Augusto Costa e Carlos Frederico Loureiro	Katálysis	A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica	2017	Educação Ambiental Crítica; Interdisciplinaridade; Paulo Freire	O artigo trata da contribuição pedagógica do educador brasileiro Paulo Freire na questão interdisciplinar e sua convergência para a Educação Ambiental (EA) Crítica. Reitera o pensamento de Paulo Freire como educador interdisciplinar. Em seguida aborda a radicalidade política do conceito de libertação e reflete sobre a relevância da dimensão interdisciplinar, educativa e política. Por fim, indica a relação constitutiva da interdisciplinaridade Freireana para a EA crítica partindo de categorias como totalidade, contradição, práxis, dialética, dialógica. A leitura Freireana sobre a interdisciplinaridade instrumentaliza para o amadurecimento da EA Crítica como ação político-educativa visando à superação das relações sociais alienadas no capitalismo.
Kênia Augusta Figueiredo	Temporalis	Comunicação pública: um direito humano em conexão com o serviço social	2019	Comunicação pública. Direito humano. Cultura. Serviço Social.	Esse artigo tem por objetivo refletir sobre a conexão entre a Comunicação Pública e o Serviço Social a partir de referenciais teórico-metodológicos e de pesquisa de campo. Com singularidade e formas próprias a Comunicação Pública se fundamenta

					nos direitos humanos e atribui o protagonismo a população por meio do exercício da cidadania havendo, portanto, um diálogo necessário entre as áreas visto o projeto ético político do Serviço Social. Essa transversalidade, em especial nas políticas sociais colabora em essência para o fortalecimento da democracia e para a noção de direito de cidadania. Sob este aspecto, de reconhecimento de si e para si é que o Serviço Social, por meio de suas intervenções técnico-operativas e da função pedagógica alicerçada na dimensão teórico-metodológica e ético-política tem muito a contribuir para a construção de uma cultura hegemônica dos trabalhadores com o suporte técnico político da Comunicação Pública.
Isabel Cristina Chaves Lopes	Temporalis	A mediação da arte no trabalho educativo do Serviço social para a emancipação humana	2017	Arte. Mediação. Serviço Social. Emancipação Humana.	O presente trabalho tem por objetivo apresentar, em nível de reflexões, questões relativas a articulação entre o debate do trabalho profissional do assistente social e estudos acerca do caráter político da arte a partir do pensamento marxiano. Tal articulação é compreendida e apresentada, enquanto uma mediação política, que possibilita contribuições ao desenvolvimento de uma cultura para a emancipação humana. Entende-se também que para tal processo o conceito de emancipação política precisa ser considerado, visando converter os movimentos capazes de realização nestes marcos, em estratégias de conduções à emancipação humana. Para tal conquista, no entanto, temos por certo ser imprescindível a interferência no universo dos valores sintonizados com os dos movimentos sociais e com experiências teórico-práticas que favoreçam processos de suspensões cotidianas.
Cândida da Costa	Textos e contextos	Dimensões da Medida Socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico	2015	Medidas socioeducativas. Sanção. Natureza pedagógica.	O presente artigo trata dos objetivos das medidas socioeducativas e sua dupla dimensão (punitiva e pedagógica) e de como a sociedade tem encarado e/ou valorizado a dimensão punitiva em detrimento da dimensão pedagógica. Argumenta-se a necessidade de construção de uma educação emancipadora, em que a sanção não seja o aspecto mais importante da responsabilização, mas a reinserção social do adolescente.

Também realizamos uma busca na Biblioteca Digital de TCC da UFOP onde não foi encontrado nenhum trabalho relacionado à dimensão político pedagógica do Serviço Social, tão pouco no Repositório Institucional da UFOP, espaços que armazenam, preservam e disseminam os resultados públicos de pesquisas e os trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização realizados pela comunidade universitária, em formato digital de livre acesso.

Existem, contudo, referências notórias no assunto, a destacar o livro *Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*, produto da tese de doutorado da autora Dra. Marina M. Abreu, pelo programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, em 2001. Há, também, dois trabalhos da assistente social M^a Taciane C. Gonçalves, que tratam especificamente do caráter educativo do trabalho de assistentes sociais, um deles a sua dissertação de mestrado pela UFRJ, em 2017, *O Caráter Educativo do Trabalho dos/as Assistentes Sociais*. Além de outras dissertações, teses e publicações que não objetivamos realizar levantamento nesse momento.

Consideramos de maior importância pontuar que a dimensão pedagógica do Serviço Social é relacionada nos trabalhos onde é abordada, quase que com exclusividade a uma ótica de análise gramsciana. Sobretudo categorias como: cultura, hegemonia, intelectual e sociedade civil. Nesse sentido, além das autoras e obras já citadas destacamos a centralidade da teoria gramsciana nos trabalhos: ABREU, Marina. Maciel. **A dimensão pedagógica do serviço social**: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira; NEVES, Ângela. Vieira. **Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21**. Rev. Katálysis, 2017. E a leitura de Simionatto e Negri. **Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro**, 2017, que enfatizam a dimensão política e interventiva da profissão no processo de construção de uma “nova hegemonia a partir de baixo”, onde invocam referências como Yazbek (2014), Luiz (2008) e Abreu (2004).

Demonstrado nossa relevância científica, social e profissional chegamos às seguintes perguntas de pesquisa, que nos levarão a pensar objetivamente a construção deste trabalho: Como são percebidos os fundamentos do Serviço Social, a inserção deste na sociedade brasileira, o significado e a razão de seu trabalho? Como a compreensão do significado político/social da profissão reflete na atuação profissional? Percebido o caráter socioeducativo da prática profissional, quais bases teórico-metodológicas evidenciam-se e quais podem contribuir na construção de estratégias profissionais críticas?

Visando responder e refletir sobre tais perguntas, definimos nossos objetivos: Geral e específicos: o objetivo geral é refletir sobre a dimensão pedagógica no exercício profissional de assistentes sociais a fim de demonstrar sua potência como instrumentalidade no fortalecimento do Projeto Ético- Político profissional. Os objetivos específicos são: compreender o surgimento, desenvolvimento e contradição do Serviço Social a fim de demonstrar sua natureza e dimensão ético-política; Avançar na compreensão da dimensão político-pedagógica do Serviço Social pelo estudo do caráter sócio-educativo do trabalho de

assistentes sociais; Contribuir para a reflexão crítica do Serviço Social brasileiro identificando suas determinações pedagógicas, potencialidades e limitações.

Para responder a tais objetivos a metodologia que nos conduziu ao longo do trabalho teve como marco teórico a *Teoria Social Crítica* - Marxismo. Tem como prisma o método *Materialista Histórico Dialético*, que parte de uma leitura de *totalidade*, isto é: uma compreensão do objeto estudado como parte e produto da própria formação sócio-histórica, de maneira não idealista fragmentada ou sequencial, mas, pela ótica da conjuntura dos processos históricos contraditórios sob perspectiva dialética da formação sócio-histórica.

Portanto, tal método é capaz de perceber as múltiplas determinações ontológicas constituintes de uma sociedade, e de possibilitar que se apreendam os públicos, as demandas, as expectativas, as tecnologias, as práticas e os objetivos que mais incidem sobre o Serviço Social. Possibilitando a construção de reflexões filosóficas e práticas que construam críticas contundentes às opressões, explorações e preconceitos vivenciados pela população usuária e reproduzidos a nível societário. Reivindicando o trabalho de assistentes sociais como *práxis profissional*.

No que tange a pesquisa foi realizada inicialmente a revisão de literatura, com levantamento qualitativo de referências do Serviço Social e áreas afins, com o intuito de subsidiar bibliograficamente nosso trabalho, que também tem aporte documental em suas reflexões. Ou seja, trata-se de um trabalho qualitativo e bibliográfico que se desenvolve pela análise metodológica - histórico-dialética - das informações, cenários revelados no estudo dos textos, de forma a buscar estabelecer mediações teóricas críticas e propositivas na construção de uma monografia que sintetize o processo de graduação em Serviço Social e se apresente útil para a categoria e toda a sociedade.

É primato deste trabalho o respeito intransigente aos princípios éticos dos assistentes sociais, demarcados no código de ética profissional e convergentes às diretrizes estratégicas do Projeto Ético Político do Serviço Social. Sobretudo, reiteramos o dever de efetivamente democratizar o acesso e a produção de conhecimentos favorecendo a ampliação e consolidação dos direitos civis, políticos e sociais, e comprometer-se com a qualificação progressiva e dialógica dos serviços prestados. De formas diversificadas e inclusivas, com repúdio a quaisquer formas de preconceitos e discriminações. Nesta razão, serão movidos esforços para publicar em algum meio (além da biblioteca digital de TCC da UFOP) os resultados dessa pesquisa, para disseminar as reflexões ensaiadas aqui e com sorte provocar incômodos inquietantes nos leitores motivando proposições e alternativas práticas.

O trabalho está organizado a partir desta introdução, com três capítulos de desenvolvimento e as considerações finais. No Capítulo I trataremos de resgatar os Fundamentos do Serviço Social brasileiro para entendermos a origem, o desenvolvimento e o trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade. O Capítulo II é um recorte mais específico dentro da profissão com o intuito de entendermos a dimensão pedagógica deste trabalho. Enquanto no Capítulo III o esforço é para analisarmos os contornos e determinações que historicamente compõem esta dimensão do trabalho identificando tendências teórico-metodológicas e suas conformações em princípios educativos orientadores da prática profissional. As considerações finais são uma síntese do estudo realizado e visam provocar desdobramentos práticos e reflexivos nos leitores.

CAPÍTULO I – SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: NATUREZA DO TRABALHO E DIMENSÃO POLÍTICA

No movimento de reflexão e crítica do Serviço Social buscamos contribuir com estratégias profissionais que oportunizem na atuação do/da assistente social no cenário brasileiro o fortalecimento de sua “relativa autonomia” e seu compromisso ético-político. Frente à condição de assalariado e às investidas do capitalismo monopolista neoliberal; do pressuposto de superar *dilemas e falsos dilemas no Serviço Social*⁸, e senão, avaliar as condições materiais, objetivas e subjetivas da prática profissional reconhecendo-se como classe trabalhadora, não superestimando a prática profissional institucionalizada, e de maneira convergente a movimentos sociais dos interesses das classes subalternas.

É fundamental, para tanto, o resgate da inserção do Serviço Social na sociedade brasileira enquanto um agente profissional reconhecido e necessário socialmente. O que, segundo Netto (2009, p 70),

Constitui o efetivo fundamento profissional do Serviço Social: a criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta - mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho.

Um agente que trabalha no trato das mazelas da população pauperizada pode ser reconhecido, no passado, nas ações de caridade e filantropia, fortemente maestradas pela Igreja católica. Uma função de estigma feminino e voluntário, como um notório fazer benevolente e gracioso. Verificado nas “agências que desenvolvem as protoformas do Serviço Social [...] como atividades exteriores à lógica do mercado” (NETTO, 2009, p 72).

Constatação relevante por ressaltar que uma profissão emerge por um processo de demanda histórica e objetiva da vida em sociedade; e não de maneira “espontânea”, de repente ou por questão pessoal/singular. A construção de uma profissão é o resultado de um processo histórico, e esta pode deixar de existir quando as condições histórico-sociais originárias se alterarem.

O trabalho, enquanto ação consciente do ser social planejada para atender suas necessidades humanas, metamorfoseia dialeticamente na dinâmica do desenvolvimento dos meios de produção. O trabalho se complexifica na lógica em que cria novas demandas na medida em que atende às necessidades humanas exponenciais. Assim, necessariamente fraciona-se em uma divisão sócio-técnica do trabalho. Ademais, é quando a ordem societária vigente demanda por certa resposta a uma questão objetiva que se tem as bases para fundamentação de uma profissão, uma resposta estrutural para uma necessidade social.

⁸ Título do Capítulo III, do livro de Marilda Iamamoto: *Renovação e conservadorismo no Serviço Social* (2004).

No caso do Serviço Social, Netto (2009, p 73) afirma que:

[...] É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização não se relaciona decisivamente à “evolução da caridade”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. [...] só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular juridicamente caucionada e reiterável segundo procedimento reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se independetiza de confessionalismos e/ou particularismos. A emergência profissional do Serviço Social é, em termos históricos-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica.

Dizer da divisão social-técnica do trabalho implica a compreensão da sociedade embalada por um processo de produção e reprodução dos meios de vida, de relações sociais determinadas. Um movimento em expansão que abrange tanto a dimensão material e objetiva da produção (matéria prima, produção, respostas às necessidades do gênero humano - trabalho), quanto o caráter substancial do processo do trabalho (formal, jurídico, religioso, filosófico) a consciência social. De acordo com Iamamoto (2006, p. 72), ratifico a perspectiva de totalidade do processo social de reprodução como: “o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade”.

Sendo assim, é a partir da produção e reprodução de relações sociais determinadas que gera-se uma forma social específica; “um modo de viver e trabalhar determinado”. Diz respeito às condições históricas construídas e em construção, fruto do acúmulo de experiências do gênero humano, que tendem a se complexificar ao expandir com o desenvolvimento das forças produtivas. Novas e constantes formas de atender necessidades se recriam da produção ao comércio, e no consumo adiante. Nesse sentido, “O grau de desenvolvimento da divisão do trabalho [...] expressa o grau de desenvolvimento das forças produtivas e a organização e distribuição do trabalho que lhe é peculiar” (IAMAMOTO, 2004, p. 71).

Paradigmaticamente, em nível de organização societária burguesa é a propriedade de mercadorias o critério determinante à sociabilização. A saber, a propriedade da força de trabalho ou dos meios de produção e/ou da terra estabelece uma função e identidade social que dinamiza a totalidade da produção e determina a conjuntura objetiva material de vida dos indivíduos/sujeitos dentro do modo de produção capitalista

Estabelece-se, de tal forma, uma dependência antagônica: ora dos proprietários dos meios de produção para com os trabalhadores, outrora dos trabalhadores para com os proprietários dos meios de produção. Onde a conjuntura das condições de vida dos indivíduos

emprega-lhes diferentes necessidades. Isso é, assim como a propriedade privada, o papel desempenhado na (re)produção e a condição de vida resultante dessa equação conformam a noção de classes sociais fundamentais polarizada entre capitalistas e trabalhadores; personificações de categorias econômicas necessariamente antagônicas. Divergentes essencialmente pelos seus interesses fundamentais de classe historicamente opostos: trabalho o modo de atender as necessidades do gênero humano, constituinte da liberdade; já o capitalismo é um modo de produção centrado na acumulação e concentração de mercadorias usurpadas, é a privatização da produção social.

Para ser explícito: o modo de produção capitalista é concebido como relação social de produção de mercadorias objetivas, logo, necessárias à vida; e ao mesmo tempo, e também, pelos mesmos processos, reprodução do trabalho alienado, da consciência social que lhe é própria, determinada. Essa lógica para que se reproduza carece de alienar o trabalho dos indivíduos ao capitalismo, engessando o trabalho as amarras da acumulação capitalista e os trabalhadores ao proprietário dos meios de produção. Transforma a força de trabalho em mercadoria, propriedade privada, e realiza-se através de relações mercantilizadas, roupagem imposta a totalidade do processo social. Marx nas primeiras linhas de *O Capital* anuncia essa tendência do capitalismo: “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2011, p.157)

Portanto, as profissões na divisão social-técnica do trabalho são as personificações de especializações e frações do processo social de produção e reprodução das relações sociais determinadas, emergentes pelos contraditórios movimentos societários das classes fundamentais e por demandas locais, sócio-históricas e culturais. Logo, cumprem um papel direto e/ou indireto na produção, e ao mesmo tempo, legitimam a reprodução das relações sociais, com o mesmo movimento. Quer dizer:

Ora, a divisão do trabalho não é apenas a divisão de trabalhos úteis de determinadas qualidades; mas uma divisão que supõe relações capitalistas de propriedade - posse ou não de meios de produção - e, portanto, a existência de classes sociais. Os produtores mercantis capitalistas independentes se relacionam por meio do mercado (da compra e venda de mercadorias). É através dele que se processa o intercâmbio entre as atividades e produtos de seus trabalhos necessários à satisfação de suas necessidades sociais, materiais e espirituais, ante a crescente divisão do trabalho no cenário nacional e mundial. (IAMAMOTO, 2015, p. 216)

O que conclui-se com a supracitada relação é a categoria marxista: mercadoria⁹, e seu duplo valor de uso e de troca que a autora elucida: “o valor de uso é submetido pelo valor de troca e o processo de trabalho pelo processo de valorização: de produção de valor e/ou de

⁹ “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer.” (MARX, 2011, p.157).

mais-valia” (IAMAMOTO, 2015, p. 217). Nesta relação o valor de uso, a objetificação concreta, *stricto sensu* o que e como sanar a necessidade social aparece não como produto do trabalho social, mas como uma mercadoria acessível pelo mercado, assim tudo e todos é reduzido a um equivalente – o dinheiro.

De forma que, segundo a mesma autora, o trabalhador, incluindo o/a assistente social, por óbvio, “entrega ao seu empregador o valor de uso específico de sua força de trabalho qualificada”. Dá-se assim a *alienação* do trabalho que apresenta resultados práticos na condução e nos resultados da ação profissional, pela “incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho”, não sem resistência e luta por autonomia dos profissionais.

É profícuo salientar a condição de força de trabalho especializada como consignada a condição de assalariado. Mas, atento para uma não mecanização reducionista do trabalhador/profissional assalariado como cabresto e ponto. Destarte, no cotidiano de trabalho dos profissionais existem inúmeras demandas postas pela população usuária, instituição entre outros canais. A sociedade civil em processos de lutas sociais por necessidades múltiplas se desenrola em novas demandas e atividades profissionais que ramificam e qualificam o trabalho do/a assistente social para além do previsto em quaisquer contratos de trabalho. Contudo, destaco que

A condição de assalariado [...], consubstanciada no contrato de trabalho, que estabelece as condições em que esse trabalho se realiza [...]. Funções e atribuições [...]. Oferecem, ainda, o *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da *questão social* que podem se tornar matéria da ação profissional. (IAMAMOTO, 2015, p. 218).

O Serviço Social no Brasil, com sua origem marcada na década de 1930, é uma profissão inserida na divisão social-técnica do trabalho, por isso, participa da produção e reprodução das relações sociais. Nessa direção podemos questionar: qual a participação do Serviço Social na (re)produção das relações sociais?

Conforme acreditamos as/os assistentes sociais não operam na dimensão produtiva objetiva, de fato na criação de mercadorias, produtos, bens de uso. Resta a camada substancial do processo social que opera na consciência social necessária à reprodução específica das relações sociais. De forma que, no Serviço Social:

[...] a ação profissional se move entre a manipulação prático-empírica de variáveis que afetam imediatamente os problemas sociais e a articulação simbólica que pode ser constelada nela e a partir dela. Realmente, a ação profissional se desdobra nestes dois níveis, imbricados, mas não necessariamente sincronizados. De uma parte, a natureza interventiva que é própria do Serviço Social se revela na escala em que a implementação de políticas sociais implica a alteração prático-imediata de situações

determinadas; de outra, é componente desta intervenção uma representação ideal que tanto orienta a ação alteradora quanto a situação em causa (NETTO, 2009, p 76).

Nessa razão, identificamos na análise da prática profissional o período da década de 1930 como um marco na consolidação do Serviço Social no Brasil, período chamado também de fase dos monopólios ou monopolista do capitalismo. Netto (2009, p. 20), coloca ao capitalismo monopolista o status de maturidade histórica da sociedade burguesa, por processos que “tornam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica”.

A característica primaz do capitalismo monopolista é o protagonismo dos sistemas bancários e de crédito, a fim de aumentar as taxas de lucro das empresas capitalistas, a partir, também, do controle do mercado - por isso não é mais uma fase concorrencial por essência. As tendências próprias dessa fase são, de acordo com Netto (2009, p. 21): maior movimento de concentração e acumulação por parte dos monopólios e uma cooptação e terrorismo em cima das pequenas empresas e nichos comerciais; crescimento no preço das mercadorias (por práticas de cartel); tendência ao subconsumo (o necessário para manter a vida - subsistência); prioriza-se o investimento em capital constante (maquinário, meios de produção) em detrimento do trabalho vivo (força de trabalho, o que calha no aumento do número de desempregados, conseqüentemente pressão por salários menores e alta condição de subsistência); e alta nos custos da venda causados por “um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado”.

Calha que, com o aumento da centralização e acumulação do capital concomitante com a preferência de exteriorização da produção, por busca de maiores taxas de lucro possibilitadas por regulação frouxa, ou inexistente, das relações de produção nas periferias do globo; somado a economia do trabalho vivo, que por sua vez, estimula os avanços tecnológicos, industriais. O processo do monopólio faz restar a classe trabalhadora: ora trabalhos com baixa remuneração e mal regulados a seu favor; ora engrossar as filas do desemprego - do exército de reserva - como parte integrante do mercado de trabalho, que fazem pressão nos trabalhadores ativos para manterem a alta produtividade e o conformismo salarial.

Nesse sentido, Netto (2009) contribui com relevantes informações contextuais para o estudo da atuação profissional no Brasil, na razão de que, elucida como o imperialismo é um processo que faz aumentar as desigualdades entre as classes sociais fundamentais em escala global, refletindo em conjunturas objetivas de vida e sobrevivência cada vez mais antagônicas; nos marcos da subsistência da classe trabalhadora frente aos superlucros do

capital monopolista financeiro. Mas, não obstante, Iamamoto (2015, p. 169) atenta para a não mecanização do processo de expansão imperialista global e que a maturidade burguesa, monopólica, brasileira se apresenta madura só após 1964. Qualificada como “autocracia burguesa”, por Fernandes (1975).

Vide os anos gloriosos do capitalismo - pós segunda guerra - nos Estados Unidos da América (1945/1973) em comparação a subalternização da classe trabalhadora da América Latina¹⁰ sujeita a diferentes regimes ditatoriais sangrentos como no Chile (1973/1990); na Argentina houve golpes de estado em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976; no Brasil a ditadura militar de 1964/1985 e o golpe de estado de 2016. O que expressa a lei orgânica do capital: é proporcional ao crescimento da riqueza apropriada a miséria generalizada - a “questão social”.

Esses governos despóticos usados e financiados pela classe dominante sob a hegemonia dos Estados Unidos como contra-revolução, ou até como prevenção à subversão, no movimento de se sobrepor a cultura crítica influenciada pela resistência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922-1991), a lembrança da revolução Russa (1917) e as experiências revolucionárias latino-americanas e africanas em Cuba (1959), El Salvador (1992), Angola, Moçambique e Etiópia (nos anos de 1970) com pautas democratas, raciais e descolonizadoras. Sobre a ditadura militar do Brasil, 1964, Abreu (2016), destaca que

A instauração do regime autoritário militar em 1964 apresenta-se como vitória de uma conspiração das forças dominantes nacionais e internacionais sobre as forças progressistas, a partir do qual se acentua o processo de modernização sob a hegemonia da tendência conservadora e aprofundou-se o endividamento externo e o caráter conservador do desenvolvimento econômico, bem como ampliar o processo de dominação das classes subalternas (ABREU, 2016, p. 144).

A imposição e o terrorismo econômico globalizado do imperialismo capitalista acirrou nos Estados periféricos e em desenvolvimento político-econômico as chagas da *dependência*¹¹ econômica e da subordinação político-social externa. Como sustenta Marini (1973), por um sistema de mercado mundial, uma economia mundial capitalista, os países de capitalismo desenvolvido e industrializado imperam condições e determinam relações nos países periféricos e em desenvolvimento (muitos, até outrora, colônias escravocratas). Isto se dá por um sistema de *troca desigual* - produção e exportação de bens primários e importação e

¹⁰ Para compreender melhor tal cenário indico a leitura de Eduardo Galeano: *As Veias abertas da América Latina* [1978].

¹¹ A chamada Teoria Marxista da Dependência é muito bem trabalhada por Ruy Mauro Marini, *Dialética da Dependência* (1973). Também sobre o capitalismo dependente: Florestan Fernandes, *Revolução Burguesa no Brasil* (1975). Ambas as obras apresentam contribuições categóricas para a análise da formação sócio-histórica da América Latina pela compreensão da “superexploração da força de trabalho”, “divisão internacional do trabalho” e a “troca desigual de mercadorias”; sobre o contexto de imperialismo, crescimento capitalista e expansão do mercado mundial.

consumo de manufaturas, “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1973, p. 4). Esta situação causa nos países Latinos, como destaca o autor, uma condição subordinada da burguesia nacional frente ao capital financeiro mundial, e um comportamento interno de compensação à baixa rentabilidade do comércio externo desigual expresso na *superexploração* dos trabalhadores nos trópicos. Marini (1973, p. 11) observa que “o efeito da troca desigual é — à medida que coloca obstáculos à sua plena satisfação — o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar, portanto, os métodos de extração de trabalho excedente”.

O programa de imperialismo capitalista Norte Americano¹² se faz hegemônico e é implementado, fortemente, com o instrumento das instituições civis multilaterais como Organização das Nações Unidas-ONU (1945), Fundo Monetário Internacional-FMI (1945) e Banco Mundial-BM (1944) através de suas intervenções políticas e condicionantes econômicas para promoção do “progresso”. Abreu (2016), destaca também, com base em Castro (1984) o movimento *pan-americanista monroista*, o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca-TIAR (1947) e a Organização dos Estados Americanos-OEA (1948) como “instância de mediação dos nexos e compromissos da crescente dependência Latino-americana” (p. 101). Canais pelos quais vende-se a ideia de desenvolvimentismo, da modernização, aos países dependentes, “daí as necessidades de mudanças estruturais serem acompanhadas de experiências “educativas” voltadas para alteração de valores e de costumes das classes subalternas” (ABREU, 2016, p. 138).

É nesse cenário que se gesta no Brasil o Serviço Social como uma profissão necessária à manutenção das relações sociais. Em uma sociedade onde o Estado, periférico, se insere de maneira subordinada ao mercado mundial, de forma dependente. Em tempos de avanço monopolista: desenvolvimento do capital industrial e capital financeiro com grande expansão urbana. Assim, reafirma Iamamoto (2015, p. 167): “É quando, no Brasil, afirma-se a hegemonia do capital industrial que emerge, sob “novas” formas, a ‘questão social’, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado”. Que trabalha na dimensão da consciência social garantindo a reprodução das relações sociais determinadas enquanto atende às necessidades imediatas de subsistência dos trabalhadores. Como destaca a referida autora, as condições de vida e de trabalho da classe explorada já não podem mais ser

¹² “É com a criação da Seção de Serviço Social junto ao Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais na estrutura da OEA que se desenvolve diretamente a influência norte-americana na formação, na prática e na organização dos assistentes sociais latino-americanos. A partir da [...] difusão da base técnica dos métodos de caso, grupo e comunidade, [...] implementação de distintas formas de intercâmbio e a capacitação dos assistentes sociais e da definição de mecanismos e orientações técnicas e político profissionais” (ABREU, 2016, p.101).

ignoradas pelo Estado, que alça nas políticas públicas formas de sustentar o poder de classe (p. 168).

A sociedade moderna mediada pelo Estado incube a esse o papel de intervir nas relações sociais segundo a racionalidade burguesa a fim de manter um *contrato social*, a partir, historicamente da coerção, da caridade, e da repressão. Netto (2009, p. 31), diz que “em nível político o Estado opera como suporte da ordem sócio-política e crisma uma “imagem de Estado ‘social’”, mediador.

[...] É assim que, tendo como alvo o proletariado urbano e o exército industrial de reserva, o Serviço Social se institucionaliza como profissão quando o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresário e a classe operária através da regulamentação jurídica do mercado de trabalho, da legislação social e trabalhista, da organização de uma rede de serviços sociais. O objetivo era disciplinar a reprodução da força de trabalho, controlar suas expressões sociais e políticas e atenuar as sequelas materiais e morais do trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2004, p. 121).

Cabe destacar o papel da igreja católica no tocante ao desenvolvimento do assistencialismo, da filantropia, e da imagem da profissional social com espírito caritativo e de boa conduta; consubstanciado na ação social da igreja incorporada como doutrina católica pelas encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) que, tratam a “questão social” “apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja” (YAZBEK, 2010, APUD SILVA, SILVA, JÚNIOR, 2016, p. 4)¹³.

A fim de colocar em perspectiva as respostas do Estado e da sociedade civil brasileira à “questão social”, a partir da década de 1930, relacionada à fase monopolista do capitalismo e a gênese e institucionalização do Serviço Social no Brasil, observemos a nível de legislação, coerção, intervenção do Estado: a Lei Eloy Chaves que instituiu o início das caixas de pensão e aposentadoria para algumas categorias de trabalhadores, datada de 1923; seguido do Instituto de aposentadoria e pensão (IAP) que começaram em 1933 também por categoria profissional. Importante destacar também, o decreto de Vargas lei nº 5.451, de 1943: Consolidação das leis trabalhistas (CLT). Todas medidas contraditoriamente representam um avanço no reconhecimento das demandas dos trabalhadores, por parte do conjunto da sociedade e chancelado pelo Estado conformando a Política Social brasileira, logo, sob consentimento da classe dominante. Mas não somente, representa, também, uma estratégia de

¹³ Conforme alguns autores, entende-se como o “embrião do Serviço Social brasileiro” a Associação das Senhoras Brasileiras (1920, Rio de Janeiro) e a Liga das Senhoras Católicas (1923, São Paulo). Gestando o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS, em São Paulo. Onde em 1936 na Pontifícia Universidade Católica (PUC) inaugurou-se a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira do país. O segundo centro de formação foi inaugurado no Rio de Janeiro com o Instituto de Educação Familiar e Social, onde Serviço Social dividia campus com *Educação Familiar*. Observo que dentro da igreja tal papel caritativo humanista era uma função feminina, por tanto, desenvolvido por mulheres e essencialmente as mais abastadas. O que evidencia o caráter de ajuda, de assistencialismo, dessa especialização profissional em sua origem (SILVA, SILVA, JÚNIOR, 2016).

coerção das massas populares - da classe trabalhadora - prioritariamente alvo dessas políticas sociais. Ademais, para expressar o quão arquitetado é a iniciativa da classe dominante destaca-se a forma não democrática como entra em vigor a CLT: via decreto. Mas, ainda assim aparece historicamente como marketing do compromisso social do Estado brasileiro levado a cabo pelo “pai dos pobres” – o então ditador Getúlio Vargas¹⁴.

Tais cenários foram momentos de grande expansão do mercado de trabalho do/a Assistente Social.

É nesse sentido que se apresenta, para a análise da profissão e de seu significado social, a impossibilidade de desvinculá-la da relação com as novas formas de enfrentamento da questão operária, criadas pelo Estado e pelo empresariado, consolidadas em medidas de política social, implementadas pelas grandes instituições assistenciais (IAMAMOTO, 2004, p. 94).

Neste passo, gestou-se no Brasil o Serviço Social como profissão que executa e contribui com a formulação das políticas sociais. Para Netto (2009, p. 74) as políticas sociais são as tipificações das modalidades através das quais o Estado burguês enfrenta a “questão social”. Nesse raciocínio as políticas sociais apresentam-se

[...] como conjuntos de procedimentos técnico-operativos; requerem, portanto, agentes técnicos em dois planos: [...] formulação e [...] implementação. [...] constituídas como respostas tanto às exigências da ordem monopólica como ao protagonismo do proletariado, elas se mostram como territórios de confrontos nos quais a atividade profissional é tencionada pelas contradições e antagonismos que as atravessam enquanto respostas (NETTO, 2009, p. 78).

Nessa direção, cabe destacar que expansão do mercado de trabalho significa expansão do público atendido. Que passa de alguns miseráveis alcançados pela ação social da igreja para um conjunto maior de trabalhadores, formais em sua maioria, inscritos em alguma política social ou público específico de alguma instituição.

Desnuda-se aí outro incremento significativo evidenciado pela institucionalização do Serviço Social, observado pela Iamamoto (2004, p. 94), como o “suporte institucional e jurídico” que o profissional dispõe “para se impor ao cliente”, muito mais “além de sua vontade”. O que nutre o Serviço Social como uma profissão de fiscalização da pobreza. Sob a premissa de assistência e por ação institucional, diretamente realizada pelo Estado ou por ele intermediada.

A classe dominante passa a operar no sentido de controlar a miséria das massas, ao mesmo tempo, que, amortiza o movimento de organização autônoma dos trabalhadores ao cooptá-los e suas demandas para os aparatos institucionais. O Estado passa a intervir

¹⁴ Também com efetiva participação na expansão do Serviço Social no Brasil há as entidades patronais ligadas a empresas ou setores/categorias profissionais. Como o Serviço Social da Indústria (SESI), criado em 1946, durante o governo Dutra – primeiro presidente eleito no Brasil após 15 anos do regime Vargasista.

diretamente na consciência social a fim de reproduzir uma relação social determinada e manter a hegemonia do capital, mediante uma padronização cultural criteriosa inclusa nas suas políticas sociais excludentes. Em outras palavras:

O estado passa a intervir nas relações entre o empresariado e a classe operária através de legislação social e trabalhista, da prestação de serviços sociais previstos nas políticas sociais. Estes tornam-se meios de enfrentamento do processo de pauperismo das classes trabalhadoras e do processo de organização e luta na defesa de seus interesses classistas e de suas necessidades imediatas de sobrevivência (IAMAMOTO, 2004, p. 95).

Destarte, estamos chamando a atenção para a compreensão do Serviço Social como profissão inscrita na divisão do trabalho e engendrada, a partir, da expansão industrial, financeira e urbana justificada pela necessidade de enfrentar a “questão social” a nível macroscópico. Nessa direção, a ultrapassagem dos muros cristãos-caritativos com a incorporação dos serviços sociais aos quadros do Estado pelas políticas sociais, a institucionalização da assistência social com o caráter impositivo derivado, acrescido do moralismo interventivo característico, bem como a formação acadêmica-técnica e as consequentes renovações teórica-metodológicas, são reflexões fundamentais para a análise da prática profissional na sociedade brasileira e suas potencialidades.

Contudo, ao pensar o que faz o Serviço Social na dinâmica da reprodução das relações sociais deve-se ter em mente que o processo social não é estanque, mas historicamente determinado e move-se pelas contradições. Isso põe ao Serviço Social, profissão que trabalha com as expressões da “questão social”, uma prática profissional tensionada cotidianamente pelos difusos interesses das classes fundamentais antagônicas. Então, ficam os profissionais polarizados entre demandas e procedimentos institucionais, que revelam-se incompetentes, e as necessidades da população usuária que vive em constante empobrecimento e encontram nas respostas institucionais mecanismos de *despolitização* e *fragmentação* via critérios excludentes que coloca as classes subalternas contra si.

Tensão ordinária, onde pesa fortemente a condição de trabalhador assalariado dos/das próprios/as assistentes sociais, que na dependência deste vínculo empregatício se vêem muitas vezes de “mãos atadas” frente o chamado de uma atuação comprometida com as necessidades da classe trabalhadora. Contradição posta aos profissionais cuja compreensão diz respeito a como o profissional compreende o Serviço Social na história e qual o papel deste na sociedade. Nesse sentido, ratificamos a perspectiva do Serviço Social como profissão que,

[...] situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora. [...] Intervém, ainda, através dos serviços sociais, na criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho. Por outro lado, se essas relações são antagônicas; se, apesar das

iniciativas do Estado visando ao controle e à atenuação dos conflitos, estes se reproduzem, o serviço social contribui, ainda, para a reprodução dessas mesmas condições que caracterizam a sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2004, p.100).

Tais reflexões explicitam a dimensão política inerente à prática profissional e a importância de assistentes sociais terem consciência dos fundamentos teórico-metodológicos, a fim de buscar compreender a totalidade do processo social que está inserido, para que assim possa se posicionar profissional, ético e politicamente. De forma, que não reproduza cotidianamente a prática e o discurso hegemônico de naturalizar e culpabilizar os indivíduos que vivenciam as situações de opressão e exploração, retirando do horizonte sócio-cultural qualquer reivindicação pautada na “questão social”, com um trabalho voltado para o conformismo social e a adequação pessoal.

De acordo com Iamamoto (2015. p. 219) é preciso “resguardar a relativa autonomia na condução do exercício profissional (e isso) supõe potenciá-la mediante um projeto profissional”. Sobre essa reflexão Teixeira, sustenta que:

[...] todo exercício profissional cotidiano deve ser prenhe do percurso metodológico e do arsenal de categorias que sustentam a lógica das Diretrizes Curriculares¹⁵, ou seja, da lógica crítico-dialética. [...] Quando não se considera esses aspectos, o objeto da intervenção profissional deixa de ser as expressões da questão social e pode vir a se configurar a política social como objeto de trabalho (TEIXEIRA, 2019, p. 84).

Portanto, os fundamentos do serviço social apresentam-se como um acúmulo intelectual da categoria na perspectiva que concebe o Serviço Social na história, as determinações e particularidades do mesmo na sociedade brasileira, e funciona como parâmetro e orientação para a construção de estratégias profissionais dentro de uma cultura profissional. Teixeira (2019, p.84) complementa ao afirmar que: “*essa concepção dos Fundamentos expressa o próprio método materialista histórico e dialético*”. Uma vez que:

Esse movimento expressa uma análise de totalidade, considera as determinações da vida social na sociedade burguesa, nas condições sócio-históricas no Brasil, na região, na localidade, no município, para se particularizar nas respostas profissionais: na inserção ou não em programas e projetos sociais, no repasse de algum recurso emergencial, no encaminhamento à rede de políticas públicas; e/ou então, na potencialidade política que esse atendimento pode apresentar [...] (TEIXEIRA, 2019, p. 89).

¹⁵A lógica curricular da ABEPSS (1996) sustenta-se nos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam: *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social*; *Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*; *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*. Articulados por meio da análise dos *fundamentos do Serviço Social* e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções [...]. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da “questão social”, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.

Não obstante, Iamamoto (2015, p. 184), salienta que a opção pela leitura a partir da “questão social” e, consubstancialmente, a leitura teórica marxista, pelo materialismo histórico dialético, dentro da categoria não é uma “decisão arbitrária ou aleatória”. Essa propicia superar a “defasagem entre teoria e exercício profissional cotidiano, qualificando as respostas profissionais”¹⁶.

Levantado os elementos da gênese e consolidação do Serviço Social no Brasil a ultrapassagem da caridade cristã, a incorporação aos quadros Estatais e a formação acadêmica cabe debruçarmos sobre esse processo na história pela perspectiva do significado social da profissão, sua justificativa e razão, a questão política e objetiva presente e problematizada nas formas de atender a “questão social” pelas suas expressões mediatizados pelo Estado e sociedade civil.

Posto que, toda profissão, como trabalho, produz/reproduz a vida em sociedade tencionando ou reforçando o *status quo* com ou sem consciência disso. Na esteira de crítica do Serviço Social e construção de um projeto próprio, um “estatuto teórico e ético-político do exercício profissional”, Iamamoto (2015, p. 182), “reafirma a importância de tematizar a relação entre profissão e realidade, sob a ótica da produção e reprodução das relações sociais”.

O Serviço Social brasileiro assumiu um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos trabalhadores, calcada na grande política e em valores que dignificam o gênero humano. O nosso projeto está fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da radicalidade democrática, da cidadania, da ausência de preconceitos, do respeito aos direitos humanos, da qualidade dos serviços prestados. Ele representa o antídoto para enfrentar a alienação do trabalho indissociável do estatuto do assalariado. Dotado de "caráter ético-político", dispõe de uma dimensão de universalidade impregnando o trabalho cotidiano de interesses da coletividade ou, em termos gramscianos, da "grande política", como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social (Coutinho, 1989) (IAMAMOTO, 2017, p.3).

Contudo, de fato “tal crítica somente se dará efetivamente após a ditadura militar, [...] o que também decorre do reconhecimento das contradições e implicações políticas do exercício profissional” (CLOSS, 2015. p, 50).

Entender a profissão como parte do processo social, logo, inserido na divisão sociotécnica do trabalho na qualidade de trabalho assalariado é compreender a organização societária centrada na exploração do trabalho para a valorização do capital. Tamanha compreensão impõe a necessidade de posicionamento frente a forma societária, seja

¹⁶ Quanto a centralização na análise do Serviço Social nas políticas sociais, conforme a autora (p 185), trata-se de uma inversão na “prioridade ontológica da sociedade de classes em relação ao Estado [...]. a *questão social* explica a política social”, mas não o contrário. Portanto, a política social não é o objeto de trabalho de assistentes sociais e nem temática/objeto central de articulação dos currículos na formação profissional.

conivente, seja crítica, mas impossivelmente neutra. Assim, Iamamoto, (2015, p. 212), indica que a partir dos anos de 1980, foram assumindo progressivamente a hegemonia no debate acadêmico e profissional brasileiro uma vertente crítica do Serviço Social na esteira do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina¹⁷, e orientada à população usuária, por uma perspectiva:

[...] distinta das heranças de suas origens, nos campos da produção teórica e do exercício profissional, ampliando suas bases de legitimidade para além das esferas patronais, no sentido de incorporar os interesses e as necessidades dos segmentos populacionais subalternizados alvos dos serviços prestados pelo/a assistente social (idem).

Nessa perspectiva, a teoria social crítica fornece bases teóricas e metodológicas para construir um posicionamento rigorosamente fundamentado e direcionado para a construção de uma crítica à forma societária baseada na exploração do trabalho alheio, portanto um ideário favorável à emancipação humana. E notoriamente dotada de cientificidade, o que contribui na busca por legitimidade profissional. Tal direção ideopolítica constitui a chave do Projeto Ético Político do Serviço Social que ganha materialidade no atual Código de Ética Profissional; através das instâncias representativas da categoria, como: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO); nas produções acadêmicas como Trabalhos de Conclusão de Curso, Teses de Doutorado, Dissertações de Mestrados, Anais e revistas acadêmicas; e pela prática profissional cotidiana.

Por fim, é necessário destacar que o exercício profissional mediado pelo Projeto Ético Político do Serviço Social não vai resultar em transformações societárias imediatas, dada as várias determinações ontológicas da cotidianidade burguesa e por não se tratar de tarefa das profissões. Nesse sentido, não cabe ao exercício profissional mediado pelo Projeto Ético Político do Serviço Social adotar um “messianismo¹⁸” *militante*, e nem a perspectiva do

¹⁷ Localizado entre os anos de 1965 - 1975, como reflexão do período de acirramento das lutas sociais no continente Latino, com forte teor nacionalistas, e com intento de re-legitimar o fazer profissional direcionando-o para atender a população subalterna em seus interesse imediatos e históricos. Movimento marcado por um ecletismo teórico foi o momento de ruptura com o tradicionalismo e o início da construção de um Serviço Social Latino-americano. Neste caldo chama a atenção no Brasil a vertente crítica marxista, que aparece mais forte a partir de 1971; e a vertente modernizadora burocrática impulsionada pelo regime militar ditatorial como parte do projeto de desenvolvimentismo (IAMAMOTO, 2015, p 212).

¹⁸ “O messianismo utópico, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento” (IAMAMOTO, 2004, p. 115).

“fatalismo¹⁹”; já que temos como pressuposto a inexistência de neutralidade e a realidade contraditória como nossa própria matéria.

Nesse sentido é que destacamos a importância de compreender a dimensão política da atuação do/a assistente social com as devidas mediações. De forma que considere as condições objetivas e subjetivas, dos/das profissionais, da categoria e do conjunto da sociedade. Com um olhar para além do técnico que opera “ações intermitentes, burocratizadas, [...] de um pseudo caráter filantrópico. Marcadas pelo fornecimento dos chamados benefícios sociais, podendo ser realizada por qualquer pessoa” (IAMAMOTO, 2004, p. 121).

É na contramão de leituras unilaterais da profissão que reforçamos as possibilidades, dada a condição singular do Serviço Social na divisão do trabalho, ***“que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente”*** (GUERRA, 2000, p. 12, grifos nossos).

Em outros termos, a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento da área sócio-histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à plena realização daquele projeto. [...] as forças políticas incidentes nas condições e relações de trabalho que circunscrevem o assistente social articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados individual e coletivamente projetados, pois a história é o resultado de inúmeras vontades lançadas em diferentes direções que têm múltiplas influências sobre a vida social. (IAMAMOTO, 2015, p. 230).

Apresentado os elementos que constituem e determinam a profissão na particularidade brasileira buscaremos aprofundar as reflexões sobre sua dimensão pedagógica frente a realidade que somos convocados a trabalhar.

¹⁹ “O fatalismo, inspirado em análises que naturalizam a vida social, se traduz numa visão “perversa” da profissão. Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o Serviço Social encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão” (IAMAMOTO, 2004, p. 115).

CAPÍTULO II – A DIMENSÃO POLÍTICA E PEDAGÓGICA DO TRABALHO PROFISSIONAL

Para seguirmos com o estudo da dimensão pedagógica do trabalho do/a assistente social partimos da premissa que a justificativa e gênese do Serviço Social está diretamente ligada à "questão social", pela necessidade de elaboração de respostas às suas mais diversas expressões no âmbito da reprodução das relações sociais.

Logo, entendemos o trabalho da/o assistente social como empreendimento do *Estado capitalista* para dar lúdimo à hegemonia dominante por meios de intervenções objetivas e materiais consubstanciadas ideologicamente na conservação do *status quo* e na reprodução das relações sociais alienadas e mercantilizadas. E, no que toca à edificação da hegemonia, Neves (2017, s/p.) pontua que é um trabalho que demanda “um consentimento ativo não só no discurso, mas, principalmente, na ação política, é, portanto, um processo pedagógico”.

A “questão social” é expressão política concreta das relações sociais antagônicas do capitalismo; processo histórico de agravamento e reconhecimento das necessidades da classe trabalhadora. Tem sua origem marcada na desumanização das relações sociais de produção, impulsionada pela acumulação e concentração da propriedade privada dos meios de produção, e materializada pela miséria generalizada e subsistência das massas nos centros urbanos industriais, dentre outras expressões. A mesma pressupõe um consentimento geral, consciente ou alienado, expresso pela constante reprodução hegemônica das relações sociais de exploração do trabalho alheio - movimento que no cotidiano produz e reproduz a “questão social” - que acarreta em consequências físicas e psicológicas para os trabalhadores explorados e para todo o conjunto da sociedade.

A “questão social” faz demandar a certa altura do desenvolvimento da sociedade uma gama de serviços e ações que na divisão sociotécnica do trabalho proporcionam a conformação de um profissional capaz de intervir diretamente na camada paupérrima da sociedade e dissimular as mazelas do trabalho assalariado. Ao historicamente adotar o discurso individualista e meritocrático a classe dominante faz uso do assistencialismo - aos mais miseráveis, de forma seletiva, focalista e populista que individualiza os “problemas sociais” ao culpar os indivíduos por sua condição de subsistência, e assim encobre o caráter social, geral, das mazelas geradas pela exploração do trabalho alheio para legitimar seu domínio, exploração e reprodução.

Netto (2009, p.24) disserta que o Estado, instância de poder extra econômico, é redimensionado com o desenvolvimento das forças produtivas e o consequente agravamento da “questão social” dada a lógica exploradora do capitalismo acrescida na fase

monopolista/imperialista, fortemente a partir da metade do século XIX em diante. O Estado passa a operar de forma funcional e estruturalmente, para atuar com mecanismos de intervenção extra econômica, como guardião das condições externas da produção capitalista.

O Estado a partir do capitalismo monopolista apresenta-se como o “capitalista coletivo” que se dedica à organização da dinâmica macroeconômica de forma contínua e sistemática. Logo, “[...] as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as funções econômicas” (NETTO, 2009, p.25), de garantir a reprodução das relações sociais capitalistas e assim assegurar a hegemonia da burguesia. Em outras palavras,

[...] atividades caracterizadas por se dedicarem, especialmente, à criação de bases para o exercício do poder de classe, que tem sua expressão máxima no Estado. São atividades diretamente vinculadas ao controle político-ideológico e/ou repressivo e à modernização do aparato burocrático do Estado. [...], funções cujo significado econômico está subordinado a seu caráter político determinante (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 86).

O papel do Estado – maior contratante de assistentes sociais historicamente – é anunciado na brochura do Manifesto do partido Comunista na qualidade de poder político executivo como, um “comitê que administra os negócios comuns de toda classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2011, p. 27). Constatação que incide na viabilização, financiamento, interesse e direcionamento das políticas públicas/sociais e instituições que ofertam os serviços sociais - no trato da “questão social”. Contudo, esquivando ao mecanicismo economicista invocamos para este trabalho a concepção gramsciana, já mencionada, de “Estado Ampliado”.

Nessa perspectiva o Estado é visto constituído por duas dimensões em unidade: a sociedade política e a sociedade civil:

A sociedade política está constituída pelos órgãos das superestruturas encarregados de implementar a função de coerção e domínio, ao passo que a sociedade civil é conformada pelo conjunto de organismos, usualmente considerados “privados”, que possibilitam a direção intelectual e moral da sociedade, mediante a formação do consenso e a adesão das massas [...](ACANDA, 2006, p. 175, apud WANDERLEY, 2012, p. 15).

Assim o Estado como agente extra econômico apresenta forma mais aberta e suscetível às demandas sociais a partir de determinado desenvolvimento democrático, histórico e produtivo. Quer dizer,

O Estado amplia-se, nos termos de Gramsci (1979), e passa a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas busca construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade, no enfrentamento da *questão social*. O Estado, ao centralizar a política sócio-assistencial efetivada através da prestação de serviços sociais, cria as bases sociais que sustentam um mercado de trabalho para o/a assistente social (IAMAMOTO, 2015, p. 171)

Esse processo calha nos direitos sociais, nas políticas sociais, pela ampliação da efetiva participação política da sociedade por meio de luta de classe e organização da população

subalterna, classe trabalhadora. Assim, o Estado não somente como “comitê” da classe dominante *stricto sensu*, mas como espaço de disputa de hegemonia, de luta de classes. De acordo com Meneses (2013, p. 678) “Estado (sociedade política) e Sociedade Civil compõem um bloco compacto e intersubjetivo de relações de forças”.

Ademais, no movimento político da recente e atual democracia representativa liberal brasileira, distintos planos de governo representam maior ou menor grau de investimento e interesse nas políticas sociais. De forma que, as demandas sociais são respondidas pela classe dominante majoritariamente e historicamente pelo uso de violenta repressão e opressão, amparado e legitimado pelas forças armadas nacionais. Portanto o aparato repressivo do Estado – “Sociedade Política (ditadura ou aparato de coerção/opressão)” (Gramsci, 1973, p. 272, apud WANDERLEY, 2012, p.7) é a face mais conhecida do Estado brasileiro. Preferencialmente concomitante e/ou associado às políticas sociais de coerção não explícita e violenta, ou demais estratégias no âmbito da *Sociedade Civil*²⁰ (como escolas, sindicatos, igrejas, etc.).

Atentemos ao perigoso fato de que as forças armadas e toda a “sociedade política” não contam com as relativas quedas de investimento e interesse por parte dos governos burgueses, o que expressa a manutenção do caráter classista do Estado e sua função maior enquanto garantidor da ordem econômico-social capitalista.

Perceba que a “questão social” se constitui e implica em fenômenos necessariamente políticos, quer dizer: ação e reações de caráter constitutivo da vida em sociedade, área de mediação e disputa consciente entre ideologias²¹ que imprimem determinados modos à sociedade, sua organização, reprodução e legitimidade - conservação ou revolução. Enquanto parte da sociedade, especialmente enquanto agentes que lidam cotidianamente com as expressões da “questão social”:

[...] a profissão também se configura como um dos mecanismos que participa desse contraditório processo. Contraditório porque, pelo mesmo processo que o capitalismo cria e recria determinadas relações sociais produz também novas relações que podem ou não desencadear um processo de transformação social (GONÇALVES, 2017, p. 59).

²⁰ “A trama da sociedade civil é formada por múltiplas organizações sociais, de caráter cultural, educativo e religioso, mas também político e, inclusive, econômico. Por seu intermédio, difundem-se a ideologia, os interesses e os valores da classe que domina o Estado, e se articulam o consenso e a direção intelectual e moral do conjunto social. Nela se forma a vontade coletiva, se articula a estrutura material da cultura e se organiza o consentimento e a adesão das classes dominadas (ACANDA, 2006, p. 175, apud WANDERLEY, 2012, p. 15).

²¹ Abreu (2016, p. 160) constata que as ideologias objetivam-se na práxis conformando modos de vida - culturas. A autora, referenciando Gramsci, entende ideologias como elaborações filosóficas em graus diferenciados de abstração incluindo desde as elaborações espontâneas implícitas na atividade real de cada um contidas na linguagem comum, na religião popular, no sistema de crenças e superstições, opiniões de modo de ver e de atuar [...].

Logo: o significado social do Serviço Social, a necessidade que a profissão propõe atender na sociedade é um trabalho no âmbito das relações sociais, direto com as massas pauperizadas, calcado no trato da “questão social” por meio de suas expressões contratado/regulado pelo Estado. Percebamos que, ao ser chamado pela classe dominante para reproduzir as relações sociais alienadas, fica impresso no trabalho da/o assistente social um determinado caráter de classe, fica assim deflagrado para a profissão “*a função política de cunho educativo que a particulariza dentro do conjunto de especializações surgidas na divisão social e técnica do trabalho*” (GONÇALVES, 2017, p. 59, grifos nossos).

Quanto à atividade educativa, seja ela em qualquer esfera da vida do ser social, constitui-se a partir de um processo didático/pedagógico complexo e historicamente em construção que reflete e é expresso nas manifestações culturais, científicas e políticas de determinada sociedade. A análise do Serviço Social brasileiro revela historicamente a prática da “pedagogia do sempre”, que Marques (2007, p. 44) caracteriza como a “prática verticalizada, de cima para baixo, do dominante em relação ao objeto de dominação, o desviante”; um fazer que reproduz a ideologia da exclusão, da opressão, avessa a qualquer ideário plural/inclusivo. Que, por conseguinte, vela ao naturalizar as contradições da sociedade capitalista, a “questão social”, orientada por um paradigma individualista e meritocrático - positivista.

Assim apresenta-se o/a assistente social historicamente como aquele que detém os princípios e condutas, morais e ideológicos, (muitas das vezes condicionantes para acesso à benefícios e inclusão em programas necessários aos usuários) únicos e universais para se viver de maneira produtiva e funcional na sociedade capitalista. Tal conhecimento deve ser transferido para a população usuária, que ora é tida como ignorante, ora como subversiva, mas sempre como carente da moral funcionalista-positivista “necessária” a superação individual das situações de “vulnerabilidade social” em que vivem, com uma clara postura de revitimização da população subalterna.

Não questiona-se as bases fundamentais da “questão social”: a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho alienado, acumulação e concentração de capital, o estado burguês. E assim, qualquer tentativa de resposta à “questão social” pela classe dominante é necessariamente sob a lógica da naturalização, de excluir e individualizar os sujeitos ou “situações problema”. E para isso conta, também, com uma gama de profissões²²

²² “É importante considerar que outras profissões foram mobilizadas para atender às necessidades do referido trabalho (de promoção e integração popular à ideologia desenvolvimentista modernizadora), como, medicina, advocacia, arquitetura, pedagogia (CASTROS, 1984). Para o autor, o estímulo à renovação das equipes técnicas e dos quadros profissionais não deve ser visto, pois, como uma proposta singular ou dirigida fundamentalmente

que trabalham na *sociedade civil e política* com mediações de segunda ordem, na superestrutura, na reprodução do capitalismo no âmbito da consciência social nas relações sociais, na *garantia de bases para o exercício do poder de classe*.

Nessa direção, nossas premissas para conceber a dimensão pedagógica do Serviço Social baseia-se no raciocínio de que:

(A) se a **“questão social” é a razão da profissão, e trata-se de uma questão organicamente de cunho político, a mesma imprime uma razão, ou significado, político para o Serviço Social**. Tal dimensão política explicita-se na intencionalidade do trabalho cotidiano que visa a reprodução das relações sociais ou a sua crítica. Se considerarmos a política como processo, como área de mediações e conflitos, de disputas ideológicas, de direções, de narrativas e de interesses contrapostos e/ou contraditórios e antagônicos que idealiza um consentimento geral, que busca firmar determinado contrato social tido como legítimo pelo conjunto da sociedade e assim determinar a direção hegemônica da sociedade em questão então;

(B) **é derivada da essência poliatômica e dialética da política, do poder político, que fica deflagrado a dimensão pedagógica da política - do fazer político**. Uma vez que não se cria consenso só através de coerção violenta e explícita faz-se necessário práticas pedagógicas para a edificação da hegemonia sócio-política-cultural. Esta é a dimensão pedagógica da ação política.

Quer dizer que a política demanda convencimento e para tal seus agentes utilizam, também, de recursos didáticos e pedagógicos, filosóficos e filólogos para explicar e convencer da forma mais eloquente possível suas narrativas e discursos, que expressam os interesses da classe social a que se vinculam; atribuindo significado e significações às circunstâncias e casualidades da vida num processo sócio-cultural de direcionamento e conformação societário. Ainda que as/os sujeitos não tenham consciência dessa dinâmica em seu cotidiano. E por este caminho argumentativo;

(C) **revela-se a dimensão político-pedagógica do Serviço Social pelo caráter educativo, de conformador da consciência social, do trabalho interventivo do/a assistente social**. Condscendente, historicamente e em grande medida, à ideologia da classe dominante econômica e politicamente que solicita o Serviço Social para realizar a reprodução de sua ideologia a fim de torná-la hegemônica nas instâncias da vida em sociedade.

para orientar a prática dos assistentes sociais, mas destinada às poucas profissões aptas para se adequar às novas demandas. [...], como a sociologia, antropologia e psicologia cabe aos assistentes sociais ocupar-se do “social” no interior das equipes profissionais” (ABREU, 2016, p. 131).

Têm-se assim o *intelectual* profissional do Serviço Social, a priori orgânico à classe dominante²³. Na análise do desenvolvimento do Serviço Social e suas características pedagógicas, Abreu (2016), identifica esse profissional como *intelectual*, organizador e dirigente das necessidades sociais, mediado pelas contraditórias políticas e direitos sociais, e lavrado por processos de lutas sociais que também se fazem presentes no trabalho profissional.

Nesse universo teórico-ideológico e histórico-político molda-se o perfil do assistente social como profissional requisitado para o exercício das funções, pedagógica e intelectual, voltadas para formação de um conformismo mecanicista, imposto pelas necessidades do padrão fordista/taylorista²⁴ de produção e de trabalho, em que funções executivas são disfarçadas em formas de ações persuasivas sob a aparência humanitária de “servir ao homem”. Esta aparência não reduz o cunho autoritário impositivo, ou mesmo violento, do processo ideológico de inculcação dos valores burgueses junto à classe trabalhadora, mas o fortalece na medida em que contribui, de forma dissimulada, para a transformação dos mesmos em normas de conduta. (ABREU, 2016, p.109).

O exercício de funções pedagógicas caracteriza o agente “educador(a)” como aquele capaz de usar de instrumentos, meios e métodos, para a produção da “aprendizagem” por um “papel dirigente, técnico e político”. O que não significa que tal processo não possa ser dialético, crítico e democrático. E, esse é o esforço deste trabalho: *indicar posturas pedagógicas críticas que possam embasar o trabalho do/da assistente social de forma que favoreçam aos seus usuários momentos de reflexão crítica que potencializam processos individuais e coletivos de apreensão da realidade - de politização/conscientização - com evidentes desdobramentos sócio-culturais protagonizados por esses indivíduos.*

Nessa lógica argumentativa apresentada endossamos o trabalho de Abreu (2016), por não desassociar o Serviço Social do “processo político-cultural” macroscópico de luta por hegemonia, luta de classes. O raciocínio supracitado é verificável, também, por reforçar a ideia de Yamamoto onde diz resultar do trabalho do/a assistente social a “criação de bases políticas para o exercício do poder de classe” (IAMAMOTO, 2004, p.100). E, é convergente ao raciocínio de Netto (2009, p. 76) que identifica na ação profissional “a manipulação prático-empírica de variáveis que afetam imediatamente os problemas sociais e a articulação simbólica que pode ser constelada [...]”.

²³ “Um intelectual orgânico na sociedade capitalista desempenha funções que traduzem atividades essenciais para determinada classe fundamental, referentes aos campos econômico, político e social, some a essa função o papel de organizador e dirigente político” (ABREU, 2016, p. 59).

²⁴ “A produção fordista/taylorista, significou tanto a introdução de uma nova tecnologia, como de novas formas de organização do processo de produção e de controle social. Equivale dizer que constituiu uma nova política de controle e gerência do trabalho no interior da fábrica, mas implicando, também, novas formas de reprodução e organização da força de trabalho padrão de consumo “uma nova estética e uma nova psicologia, insumo, um novo tipo de sociedade democrática racionalizada modernista e populista” (Harvey, 1994, p.121)” (ABREU, 2016, p. 54).

Assim, estamos demarcando que há no trabalho de assistentes sociais uma dimensão *pedagógica, educativa*. Ademais, reitero o patrono da educação Paulo Freire²⁵, quando afirma, que: “numa sociedade de classes o papel do educador tem característica específica: há o que está a serviço da classe dominante e o que está a serviço das classes dominadas” (GADOTTI, 1995, p. 50). Afinal, “a educação política se dá muito mais fora da escola do que dentro dela” (GADOTTI, 1995, p. 90).

Evidentemente, o/a assistente social não é um/uma pedagogo(a), não possui magistério ou licenciatura e quando muito exerce uma função docente específica do curso de Serviço Social, ou em alguma especialização de áreas afins. E nestes casos são tidos como assistentes sociais que trabalham na área, ou na política de educação, e não propriamente como educadores ou pedagogos. Essas são profissões distintas com demandas, trajetórias, atribuições, referências e projetos profissionais diferentes. Ademais, o Serviço Social não é uma área do conhecimento própria - ciência - como é a Pedagogia, mas sim uma profissão que se apropria das ciências sociais aplicadas (sociologia, filosofia, antropologia) para teoricamente embasar sua intervenção técnica e profissional.

Assim, o que interessa ao Serviço Social na referida dimensão pedagógica trata-se da percepção da unidade prática “*objetivo-conteúdo-método*” executada intencionalmente por meio de relações sociais diretivas, presente no fazer profissional no trato com a população usuária. Unidade articulada e organizada teleologicamente²⁶ como um processo didático a ser executado pelo profissional enquanto interveniente conscientemente, ao passo em que experimenta as diversas determinações sócio-históricas impulsionadas pela luta de classes.

Portanto, pela perspectiva crítica do Serviço Social reivindicamos para a orientação da prática profissional uma concepção pedagógica que seja “[...] capaz de dar conta da conflitualidade, globalidade e especificidade da educação e permite-lhe estruturar-se de tal forma que contribua para a revolução ou para a modernização” (ABREU, 2016, p. 168).

Dessa forma, a leitura da dimensão pedagógica do Serviço Social elucidada sob os fundamentos do Serviço Social, abordados no capítulo I, levanta questões do tipo: como se

²⁵ “[...] As formulações pedagógicas de Paulo Freire influenciaram processos interventivos desencadeados em toda a América Latina, em contraposição à estrutura de exploração e dominação imposta pelos governos militares, intensificados nos anos 1970 e 1980. Apesar de sua aproximação ao pensamento idealista humanista cristão, é inegável a contribuição desse referencial na instrumentação de iniciativas pedagógicas direcionadas para uma politização de segmentos populares a partir de uma visão crítica de suas condições de vida” (ABREU, 2016, p. 135).

²⁶ Defendemos a teleologia como uma dimensão essencialmente humana, como a capacidade intelectual/cognitiva de estar a par das circunstâncias ontológicas e das possíveis causalidades para objetificar conscientemente determinada (re)ação que irá desempenhar intencionalmente na realidade em movimento. Refere-se ao processo de planejamento consciente e intencional dos indivíduos, exige conhecimento prático e empírico, e expressa-se no trabalho - relação Homem/natureza - por ações transformadoras da realidade.

articulam as dimensões do trabalho profissional? como a categoria explora a dimensão pedagógica do seu trabalho? o que se tem pesquisado sobre a história e influência da função educativa do/da assistente social sob o conjunto da sociedade, incluindo os impactos sobre a própria categoria? como o domínio e reconhecimento deste aspecto do trabalho contribui para as intervenções do Serviço Social? Cientes que não temos a pretensão de respondê-las no presente trabalho, destacamos como pertinentes para tecer mediações importantes no presente trabalho e nos debruçar futuramente.

A dimensão pedagógica, anunciada com ênfase, a quem se dedica esse estudo, é apenas uma das partes constituintes do trabalho de assistentes sociais. O Serviço Social como trabalho objetivo pressupõe outros aspectos de cunhos *teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo* para realizar-se enquanto trabalho. Ademais, na condição de trabalho assalariado, alienado, abstrato, o/a empregado/a assistente social apresenta-se como um técnico que pelas ferramentas, serviços e equipamentos opera as políticas sociais do Estado e/ou instituições que ofertam os serviços sociais. Contudo, o trabalho dá-se no âmbito das relações sociais, de forma que se “faz dos serviços sociais um suporte material sobre o qual a profissão terá melhores condições para o exercício do controle” social ideológico (GONÇALVES, 2017, p. 75.). Alusão que anuncia a articulação permanente entre as dimensões constitutivas do trabalho do/no Serviço Social cotidianamente.

Outro ponto de destaque que recai nos resultados práticos da questão estudada é que diante do reconhecimento das potencialidades da função educativa do Serviço Social pode-se haver a supervalorização dessa dimensão político-pedagógica em sobreposição às determinações e limitações do trabalho. Chamamos a atenção, pois, tal supervalorização pode acarretar em um perfil profissional “messiânico”, militante, algo incoerente à condição de assalariado e que inviabilizaria o exercício profissional. E, em outras proporções, calha em leituras equivocadas na perspectiva “fatalistas” do Serviço Social, ambas perspectivas equivocadas.

[...] Aparentemente opostas e excludentes, tais interpretações (fatalismo e o messianismo) encontram-se estreitamente articuladas, expressando, de um lado, o reconhecimento da existência de conflitos e tensões sociais; e, de outro, a impossibilidade de enfrentá-los com os próprios meios oferecidos pelo desenvolvimento histórico (IAMAMOTO, 2004, p.113).

Logo, é preciso considerar que a prática profissional é uma atividade *contraditória*, com complexas determinações desde a formação acadêmica, a experiência profissional e de vida dos indivíduos, o desenvolvimento e a cultura profissional, as condições e vínculos empregatícios, os parâmetros regionais e estruturais da sociedade, o nível de desenvolvimento

das forças produtivas as correlações de forças nas equipes e o caminhar da luta de classes. São muitas as mediações necessárias à realização do trabalho das/os assistentes sociais, além da subjetividade dos agentes, que leva à existência de distintos perfis profissionais que pautam suas atuações por diferentes projetos societários, vinculados ou não ao direcionamento crítico do projeto hegemônico do Serviço Social.

E, por isso, com o desenvolvimento da profissão verifica-se uma diversidade de formas, orientações, práticas e perspectivas no Serviço Social, algo que é saudado como pluralismo de ideias e defendido no código de ética da profissão. E acarreta em uma rica cultura profissional com distintos perfis de assistentes sociais. Mas, tal reconhecimento não abre caminho para o ecletismo presente nas práticas e posicionamentos profissionais, algo que deve ser combatido a partir de um rigoroso trato teórico-metodológico, que busque firmar uma direção teórica-metodológica e ético-política para a profissão, padrão esse expresso nas vigentes diretrizes curriculares da ABEPSS.

Hoje, porém, não apenas o ecletismo é uma possível “degeneração teórico-política”, visto que expressões abertamente conservadoras despontam sem pudores. É preciso referir aqui as manifestações mais abertas de adesão ao conservadorismo e a direção social impressa pela direita mais conservadora, que vem se processando desde as últimas eleições presidenciais, com claras menções de oposição ao projeto ético-político, citadas anteriormente. Como afirma o princípio, o pluralismo comporta as manifestações democráticas, mas quando estas se afinam a discursos e práticas moralistas, psicologizantes e apelos aos fundamentos da fé cristã para pautar a intervenção profissional e ações de cunho autoritarista, preconceituoso e que atentam contra o direito, à diversidade e a autonomia dos sujeitos com que trabalham os(as) assistentes sociais, elas devem e precisam ser combatidas (SILVA, 2019, p.583).

Ademais, é preciso considerar no estudo da dimensão pedagógica do Serviço Social o caráter contraditório e parcial do trabalho no capitalismo, que, permite em certa medida a elaboração e implementação de estratégias de resistência e conscientização crítica se essa for a órbita de trabalho desejado. Mas, há de se considerar para tal as condições objetivas e subjetivas dos indivíduos envolvidos e as particularidades do processo social geral ao qual estão inseridos. A pretensão a essa altura é nós atentarmos que enquanto *intelectual*, ainda que, em condição subordinada de trabalhador assalariado, assistentes sociais “dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais” (IAMAMOTO. 2004. p 102). Condição que possibilita a crítica do Serviço Social em um permanente processo de *renovação e conservadorismo*, onde se faz a disputa por hegemonia e direcionamento político-social da profissão cotidianamente, inserida no contexto de tensões da luta de classes.

Entender o Serviço Social como uma profissão que se inscreve nos processos de hegemonia, sendo, logicamente, perpassado pelas contradições que fundamentam a sociedade da qual faz parte e, por esta razão, tendo sua atuação polarizada por interesses antagônicos, [...] A contradição posta está no fato de que, pelo exercício

da mesma ação, o/a profissional responde tanto aos interesses do capital quanto do trabalho, podendo fortalecer um ou outro pela mediação do seu oposto. Existe neste processo, ainda que com todas as limitações, a possibilidade da escolha. Daí a impossibilidade de uma prática neutra, alheia às contradições inerentes à realidade social (GONÇALVES, 2017, p 60).

Guerra (2000), ao dissertar sobre a instrumentalidade do Serviço Social, afirma que a cultura profissional “possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos [...], de modo que estes se traduzem em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos” (p.12). Assim ela defende que se estabelece um modo de ser próprio do Serviço Social, uma identidade, pela qual a profissão é reconhecida socialmente. Imagem construída por “princípios, valores, orientações políticas, referencial técnico, teórico-metodológico, ideocultural e estratégico, perfis de profissional, modos de operar tipos e respostas profissionais”.

Nesses termos, a profissão estabelece um “acervo cultural do qual o profissional dispõe e lhe orienta (condiciona) as escolhas técnicas, teóricas e ético-políticas”. Conforme a autora, “no âmbito profissional, não existem ações pessoais mas ações públicas e sociais de responsabilidade do indivíduo como profissional e da categoria como um todo” (GUERRA, 2000, p. 13). Afirmativa relevante para uma leitura do exercício profissional que não recaia em análises moralista das profissionais, e ao mesmo tempo, motivadora para a busca de referências dentro da cultura profissional que sejam “teóricas-críticas projetivas” na construção de estratégias profissionais.

Portanto, a dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais é debate necessário para o Serviço Social, principalmente devido a urgência da classe dominante em tratar a “questão social” e suas expressões de forma paliativa, frente pressão e resistência dos subalternos em luta por seus interesse e necessidades enquanto classe trabalhadora, configurando assim propícios espaços sócio ocupacionais. Diante dessa conjuntura, reforçamos que o fazer político têm como pressuposto persuasão e convencimento na construção de consensos e imposições sendo a arena política um campo de disputa pela hegemonia; esta entendida como “exercício da direção intelectual e moral e domínio político, em condições históricas determinadas” (ABREU, 2016, p. 158).

O que deixa explícito o nexos entre ações políticas e estratégias pedagógicas, em consideração à grande política e ao exercício de dominação e direção societária. E assim construímos o argumento de que há uma dimensão, um aspecto, educacional, ou pedagógico, no trabalho do/a assistente social. E que este profissional é enquadrado, tanto como trabalhador assalariado - força de trabalho especializada - quanto como *intelectual*. Que na

qualidade de agente inserido em diferentes espaços sócio-ocupacionais com distintas possibilidades e potencialidades de atuação, além de regimentado por estatuto próprio atributivo-legal e um projeto ético-político que orientam e balizam a profissão. Nessa direção, é o profissional capaz, tanto de um fazer tecnicista e subalternizante, quanto para uma *práxis social* consciente e direcionada aos interesses da população usuária dos serviços sociais, e nessa direção, de permanente da crítica à exploração, opressão e dominação humana.

CAPÍTULO III – ESTRATÉGIAS E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.

A essa altura cabe destacar dentro da cultura profissional do Serviço Social as tendências e matizes pedagógicas existentes, as conotações e intencionalidades do trabalho de assistentes sociais, reveladas sob um olhar direcionado ao cotidiano, mas que fuja do imediatismo pragmático e da culpabilização. No esforço de analisar a profícua relação entre profissional, usuário e sociedade como um processo movido por agentes intelectuais que visam edificar determinadas hegemonias dentro do processo histórico.

Conforme já destacado, consideramos que “a cultura profissional é construída historicamente e, portanto, vai se transformando no transcurso da história e compondo tendências inspiradas em matrizes teóricas do conhecimento, a partir da ação dos seus agentes e da conjuntura na qual se processa [...]” (MOLJO; SILVA, 2018, p.115).

Neste movimento reflexivo, Abreu (2016) identifica a relação/ação pedagógica do Serviço Social “sob a forma de ação material e ideológica”. Isso é, uma conotação ideológica pedagogicamente orientada e consubstanciada no atendimento técnico ordinário e material de assistentes sociais. Ou seja, a prática é dotada de certo *princípio educativo* vinculado a “projetos diferenciados de cultura”. Este “princípio educativo”, a autora explica a luz de Gramsci, como fecundo da “relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe” (p. 21).

Com isso, a autora aponta determinantes sócio-históricos e tendências teórico-metodológicas conformadoras do “princípio educativo” que orienta historicamente a ação pedagógica de assistentes sociais. E assim, revela diferentes perfis profissionais ao explicitar dentro do processo histórico brasileiro o desenvolvimento do Serviço Social de forma a priorizar na análise as “estratégias educativas denominadas como pedagogia da ‘ajuda’, da ‘participação’ e da perspectiva de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas” (ABREU, 2016, p. 45).

Para identificar as matizes da dimensão pedagógica do Serviço Social são fundamentais o estudo dos fundamentos da profissão e a observância da razão e condições que possibilitam a inserção e manutenção desta na sociedade, conforme já apresentamos no presente trabalho. São os processos contraditórios macro-societários que balizam o desenvolvimento e institucionalização do Serviço Social, conformando suas orientações e perfis de atuação, a partir da consonância de seu “princípio educativo²⁷” às exigências de racionalização e

²⁷ “O princípio educativo, a rigor, significa uma adequação do processo ideológico formador de determinado tipo de racionalização produtiva. Portanto, é produto do movimento contraditório entre estrutura/superestrutura, em suas expressões particulares, em um momento histórico” (ABREU, 2016, p. 51).

organização da produção e reprodução das relações sociais em determinados momentos históricos.

Assim sendo, *o princípio educativo diz respeito à base ideológica que sustenta a ação pedagógica*. Logo, é um produto sócio-histórico em constante metamorfose dentro do processo social de produção e luta de classes. Significa dizer que, coexistem diferentes princípios educativos e/ou orientações, paradigmas, em permanente disputa pela hegemonia das práticas pedagógicas e uns e outros se sobressaem em certos momentos históricos.

Historicamente o Serviço Social é profissão que possui bases, e ainda que superadas, recebe influências ideológicas-metodológicas, mesmo ortodoxas e caricatas, da igreja cristã. Esta enquanto entidade assistencial filantrópica primaz é pioneira em muitas práticas de trabalho social, comunitário e individualizado, a sua maneira - confessional e humanista abstrata. E as profissões que se desenvolvem no encaço dos serviços sociais, assistência e atenção às demandas sociais; e mesmo as diversas especializações que abordam a população de forma a processualmente receber, organizar, orientar e encaminhar as necessidades sociais absorve em alguma medida das experiências pedagógicas, práticas, protagonizadas pela igreja e seus membros em um movimento próprio de conformação do seu princípio educativo cristão.

No que toca o Serviço Social a influência cristã vem além das protoformas desse e, sobretudo, permeia os primeiros centros de formação e a imagem da profissão, interna e externamente. Desenhando a profissão como própria a pessoas (inicialmente só mulheres) benevolentes e agraciadas, com um forte caráter missionário e confessional, especialista em práticas interventivas e fiscalizatórias de assistência aos mais pobres e miseráveis. Não obstante, por detrás da fachada da igreja, têm-se o movimento de distintas tendências cristãs que constroem diferentes abordagens pedagógicas do evangelho e do espírito cristão, cada qual com seu chão histórico determinante, ora mais progressista, ora reacionária conservadora. De modo que, o lócus cristão proliferou no curso da história correntes filosóficas com demasiadas aplicações, como v.g., o neotomismo, o puritanismo e a teologia da libertação, que influenciaram diretamente as práticas socioassistenciais no Brasil e na América Latina.

Notoriamente as ações sociais cristãs são focadas na conformação dum “equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador” (GRAMSCI, 1976, p. 397, apud ABREU, 2016, p. 67), e da população. Apresenta-se assim a igreja e seu “conteúdo ético-religioso” (idem, p. 66), extremamente funcionais a ordem capitalista e suas exigências conformistas, uma vez que prega a ordem, a subserviência das leis, “santifica” a pobreza e

“condena” a ostentação. Isto é, a igreja não propõe a superação da ordem burguesa, não tem um viés politizante revolucionário, é quando muito voltada a tornar mais justa e fraterna a sociedade capitalista (MARITAIN, s/d, apud ABREU, 2016, p. 77).

Na esteira da igreja há o Estado como outro grande irradiador de influências ideológicas e metodológicas no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro configurando-se historicamente como o maior contratante de assistentes sociais. Segundo Abreu (2016, p. 48), é a partir da reorganização do Estado, iniciado junto do século XX sob os “moldes fordistas/tayloristas”, com o processo de industrialização, mundialização do capital, urbanização e generalização das expressões da “questão social” que a profissão se consolida na sociedade capitalista “pela mediação do sistema de controle social em que situam as práticas assistenciais”. Trocando em miúdos:

A questão da assistência social recoloca-se, pois, no âmbito das novas estratégias de controle social desenvolvidas pelo capital sobre o trabalho. Estas estratégias tendem a subsumir as experiências assistenciais, filantrópicas e caritativas de origem laica e religiosa já existentes [...]; incidem no âmbito do Serviço Social impulsionando e direcionando o seu processo de institucionalização e legitimação pelo Estado [...]. (ABREU, 2016, p. 48).

Dado o exposto, o Estado é outro grande responsável pela consolidação dos múltiplos espaços sócio-ocupacionais²⁸ e pelo tensionamento das competências e atribuições profissionais do/da assistente social na medida em que programa “respostas técnico-político-pedagógica à ‘questão social’” (ABREU, 2016, p. 38), sob a forma dos direitos e políticas sociais. Assim, embute na profissão os princípios educativos consonantes à orientação político-ideológica do Estado. A saber, “o Brasil, produto da expansão econômica mundial” (RIBEIRO, 2015, p. 119) é um Estado liberal conservador e dependente com uma triste herança colonial escravocrata que assombra todo o continente Latino com o fantasma do autoritarismo e o estigma do subdesenvolvimento²⁹.

Destarte, os espaços sócio-ocupacionais, ambiente de trabalho de assistentes sociais, são âmago da luta de classes e a prática profissional é expressão dos fundamentos que a orientam e do princípio educativo adotado; reveladores do vínculo político-ideológico de assistentes sociais às classes fundamentais. Dessa forma, estes manipulam os interesses e necessidades

²⁸ “Os espaços ocupacionais correspondem às instâncias sócio-institucionais por meio das quais a prática do assistente social se objetiva como parte das respostas a determinadas requisições colocadas pelas classes sociais no enfrentamento da questão social” (ABREU, 2016, p. 38).

²⁹ Ribeiro (2015), ao refletir sobre o sistema econômico, cultural e político brasileiro observa a inserção subordinada no mercado mundial e assinala as seguintes características e tendências, que se reatualizam no processo de formação do Brasil: “As esferas de poder estatal e privado se imbricam, aqui, sobrepondo-se ocasionalmente uma à outra, mas atendendo sempre aos condicionamentos objetivos da escravidão e do monopólio da terra como princípios ordenadores da economia colonial. [...] Jamais as aspirações singelas do índio apressado que quer liberdade, do negro escravo que pede alforria, do caipira, do sertanejo, do caboclo paupérrimo que desejam escapar da opressão e da subordinação e viver uma vida mais vivível” (p. 191).

sociais das classes pela mediação destes dentro do aparelho ou instituição em que trabalham, balizado pelo contrato de trabalho, pelo regimento profissional e pela dinâmica da luta de classes.

O padrão organizacional do Estado, [...], intensifica, ao mesmo tempo, a diferenciação e a especialização das atividades e funções profissionais redimensionando a inserção dos diversos profissionais nos espaços ocupacionais no âmbito das políticas sociais estatais. Deste modo, para os assistentes sociais coloca-se a necessidade de atender a essas demandas elevando o status profissional na divisão social e técnica do trabalho, integrada ao reformismo do processo de modernização conservadora. Em contrapartida, limitadas as condições políticas institucionais para uma atuação, dentro das possibilidades de autonomia outorgadas ao exercício profissional dentro norteada um compromisso com os interesses históricos das classes subalternas (ABREU, 2016, p. 171).

No tocante ao Estado, Yamamoto (2015, p. 425) estabelece que: “fortes marcas do saber burocrático espriam-se na cultura das repartições públicas e de seus agentes e impregna os profissionais que aí atuam”. Sobrepondo-se como “consciência superior” a burocracia tende a tratar homens e coisas como unidades dentro de uma racionalidade ideal que se impõe pela autoridade do Estado – como vontade geral.

[...] Inserida entre o Estado e a opinião pública, a burocracia propõe-se a impedir a profanação do Estado, tido com espírito supremo, coroa da cabeça burocrática. O princípio efetivo da burocracia é o culto à autoridade, em contradição com o sistema de saber. As representações idealizadas das altas esferas se materializam no reclamo à sórdida obediência passiva aos mecanismos de atividade fixada em formas e rotinas (Lefebvre, 1979). Esse *ethos* da burocracia impregna também a atuação dos profissionais de Serviço Social. A reiteração de procedimentos profissionais rotineiros e burocráticos na relação com os sujeitos pode resultar na invasão de um estranho no seu ambiente privado, muitas vezes aliada a uma atitude de tolerância com a violência que tem lugar nos aparatos burocráticos do Estado [...] (IAMAMOTO, 2015, p. 426).

Assim, pela análise da complexa prática profissional, das normativas, das orientações, das regulamentações, das técnicas, dos instrumentos, das atribuições, das competências, dos compromissos e determinações legais e efetivas do Serviço Social no seu cotidiano. De maneira a considerar os devidos movimentos de interiorização, de resistência e de protagonismo de assistentes sociais em relação ao *modus operandi* de sua atividade profissional e conseqüentemente de seus princípios teórico-metodológicos no desenvolvimento do Serviço Social no contexto brasileiro. Torna-se possível identificar as estratégias e tendências político-pedagógicas na razão das atividades laborais e ordinárias de assistentes sociais, determinar os seus princípios e (re)elaborar o trabalho para uma perspectiva de construção e fortalecimento da relativa autonomia profissional, consciente de seu lugar no processo histórico e de sua particular situação dentro de cada espaço sócio-ocupacional. Esta análise revela abordagens historicamente consubstanciadas em

princípios educativos *sincréticos* e *conservadores* por essência, como o dogmatismo humanista-cristão e o formalismo burocrático do Estado mencionado ainda a pouco.

O exposto anteriormente foram tendências e influências identificadas no curso do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. Abreu (2016), estabelece por esses e outros fatores macro-societários determinantes um princípio educativo de prisma *conformista mecanicista* relacionado com o desenvolvimento e institucionalização da profissão. Este caracteriza-se por abordagens que partem do objeto, do serviço/política, para o sujeito/usuário, com vertente notoriamente idealista, psicologizante e individualista; exemplificada por trabalhos de "ressocialização", reinserção social e reforma moral das bases trabalhadoras. Com fortes influências positivistas norte-americanas, tayloristas, fordistas, e experiências de *welfare state*. Na conformação de práticas que Abreu (2016) chama de pedagogia da "ajuda", pelo exercício massivo do "Serviço Social de Caso³⁰", e por meio de fiscalizações e imposições no ritmo de produção, entrevistas inquisitoriais e corretoras, e padronização dos modelos familiares, etc.

Fazeres coincidentes à abordagens pedagógicas tradicionais, caracterizada por Santos (2005), como rígidas, normas pré idealizadas sob um cenário fixo onde a condução do "ser passivo" pelo/pela agente representante da autoridade, segue uma lógica de conteúdos programáticos legal, burocrático e socialmente legitimado – expressão do conservadorismo. Princípio que expressa-se no Brasil, enquanto país de entrada tardia e subordinada à economia mundial, a partir da tímida industrialização após anos de 1930, no intermitente projeto desenvolvimentista e fortemente na modernização conservadora do regime ditatorial militar (1964-1988).

O Serviço Social desde a sua imersão na sociedade capitalista integrado aos programas de assistência social - um dos canais de operacionalização das iniciativas "educativas" do sistema fordista/taylorista de organização da produção e do trabalho, base material e ideológica do americanismo -, participa, predominantemente, dos processos de constituição da cultura dominante, contribuindo para o estabelecimento das mediações entre necessidades sociais e o controle social sobre as classes subalternizadas pelo capital, como forma de neutralização da luta pela emancipação humana (econômica, política e social), missão histórica das referidas classes. (ABREU, 2016, p. 41)

Identificado o princípio característico do desenvolvimento e institucionalização do Serviço Social brasileiro fortemente sob as bases ideológicas supracitadas, a autora apresenta a crítica deste tradicionalismo puxada pelo multifacetado Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano concomitante do hiato da quarta república do Brasil

³⁰ Ver: COSTA, Gilmaisa. Macedo. Revisitando o Serviço Social clássico: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32747>.

(1945-1964), que propiciam, num contexto de políticas populistas e desenvolvimentistas, como destaca (ABREU, 2016, p.134)

[...] as experiências das ligas camponesas, do Movimento de Educação de Base (MEB) vinculado, inicialmente, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outros movimentos de promoção da cultura popular, como os Centros Populares de Cultura (CPC's) ligados a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento de Cultura Popular (MCP) - este criado pela prefeitura de Recife (PE) sob administração de Miguel Arraes, em 1960. Essas experiências são sufocadas pelo golpe militar de 1964, de forma que seus princípios instrumentais operativos e direcionados para a conscientização dos setores populares, fundamentalmente referenciados na proposta pedagógica de Paulo Freire, passam a ser incorporados às experiências desencadeadas na mesma perspectiva a partir da década de 70.

Deu-se assim as primeiras aproximações da categoria ao pensamento crítico-marxista, e as experiências junto a comunidades com trabalhos de base e de educação popular, o que proporciona a partir dos anos de 1960 um novo perfil profissional balizado por outro princípio educativo: *emancipatório politizante*; direcionado a contribuição na luta pela emancipação da população subalterna e conscientização das bases usuárias dos serviços. Consubstanciado em práticas sócio-educacionais, como a alfabetização de adultos, grupos de cultura, entre outras. E imbuído nos muitos movimentos sociais efervescentes no Brasil, período pré 1964, com destaque para as ligas camponesas e as comunidades eclesiais de base e as pautas de reforma agrária, questões relativas à saúde e a universalização da educação, suprimidos pela ditadura.

Este princípio *emancipatório* identifica-se ao movimento de “intenção de ruptura” com o Serviço Social tradicional, identificado por Netto (1996). Vertente não homogênea na categoria e com distintas orientações práticas. Caracteriza-se por perceber as expressões da “questão social” como resultados das relações contraditórias capitalistas. *O trabalho se desenvolve, portanto, no desvelamento dos determinantes ontológicos da “questão social”* concomitante à mediação de direitos e serviços sociais, e a mobilização dos sujeitos, para o fortalecimento da classe trabalhadora em flagrante perfil anticapitalista.

Silva (2017, p.73), atenta para a bifurcação desta vertente entre de intenção de ruptura entre, “crítica radical ao capitalismo” e "acúmulo de forças para emancipação humana"; ambas com potencialidades e limitações. Partem da crítica ao modo de produção capitalista e objetivam a emancipação humana, podendo redundar em atuações *messiânicas* ou conservadoras pela reafirmação de direitos precários. Assim, conforme Sousa; Carvalho e Marques (2019, p.128):

“a condição política, que possibilitou a ruptura com o conservadorismo, é demarcada pela identidade que parte da vanguarda deste corpo profissional estabeleceu com o conteúdo tático-estratégico formulado pela classe trabalhadora brasileira na chamada ‘Estratégia Democrático-Popular’”.

Onde o trabalho efetiva-se por abordagens pedagógicas problematizadoras, humanistas e/ou socioculturais, portanto este princípio orienta a prática profissional a partir do sujeito/usuário ou pela interação dialógica deste com os serviços prestados. A onde a intencionalidade pedagógica não é sinônimo de imposição ou *conformismo*, e sim de protagonismo popular e articulação democrática. Com destaque para influências teórico-metodológicas de Paulo Freire. Esta vertente profissional amplia as bases de legitimidade do Serviço Social, fortalecendo-a dentro sociedade civil e cingindo um perfil profissional de *intelectual* crítico avesso ao conservadorismo.

O ápice desta vertente no Serviço Social é talvez o célebre *Congresso da Virada* - o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - ocorrido em 1979 em São Paulo,

O Congresso de 1979 constitui um marco de um processo histórico de renovação da profissão. "As críticas ao conservadorismo, ao capitalismo e à autocracia burguesa se desdobram no compromisso com a classe trabalhadora e nas transformações radicais da sociedade." Começa dessa forma a construção do Projeto Ético Político Profissional, que se orienta, entre outros princípios, por aquele que "situa a determinação fundante da desigualdade de classe na sociedade capitalista em seu cerne: a apropriação privada da riqueza socialmente produzida (BOSCHETTI, 2009, apud CFESS, 2009, s/p)

Contudo, entendo que o regime militar censurou em grande medida a apropriação e desenvolvimento de práticas e teorias críticas em qualquer medida, e com isso a aproximação das vertentes marxistas se deu de forma contraditória, sufocando grandes reflexões teórico-metodológicas. Silva (2007. p 74) reconhece a importância do movimento de ruptura culminado no *congresso da virada*, mas atenta para uma "aproximação ideológica do marxismo" pela profissão, o que suscita em condutas de *fatalismos* ou *messianismos* - para usarmos os termos de Yamamoto (2004).

Ademais, Netto (1996, p. 111) nos atenta para o fato de que a virada/ruptura do Serviço Social não significa a superação completa do conservadorismo na categoria. É sim um processo, protagonizado por profissionais acadêmicos, de *democratização* desta e de explicitação das diferenças *ideo-políticas* em um meio originalmente cristão e conservador. Processo à galope das transformações societárias em curso no país especialmente a partir de 1985 com a redemocratização e a constituinte 1987-1988. O que, também, evidencia o pluralismo teórico e ideológico dentro da profissão, que exprime dentro da cultura profissional algumas interpretações sincréticas da realidade.

O amadurecimento do pensamento crítico no Serviço Social, o corolário do seu Projeto Ético Político, encontra-se nos valores e princípios do Código de Ética (CFESS, 1993) e da Lei que regulamenta a profissão (8.662/93), como já mencionado e confirmado por Santos:

Tais valores e princípios são a expressão do que seja o compromisso com os usuários dos serviços na esfera propriamente profissional, [...]. a apreensão dessas mediações tem dois pressupostos basilares: *a concepção da profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e do seu objeto como sendo as diversas expressões da “questão social” no capitalismo dos monopólios* (SANTOS, 2007, p. 79. grifos da autora)

Estas materializações apregoam a superação da categoria de interpretações modais, idealistas e/ou ortodoxas do marxismo com objetivos inalcançáveis para uma profissão. E endossam o princípio *emancipatório politizante* que passa a compreender mais precisamente a totalidade do processo histórico-social, complexo onde as expressões da “questão social” são reproduzidas e impactam toda a sociabilidade, inclusive o trabalho de assistentes sociais. Portanto, conhecer a “questão social” e reconhecer suas múltiplas expressões é fundamental para “a construção de alternativas de intervenção da instrumentalidade profissional” (GUERRA, 1995, apud SANTOS, 2007, p 80).

De modo a perceber e potencializar a relação profissionais/sociedade, especialmente com a população usuária e os interesses da classe trabalhadora, reivindicando a direção estratégica do Projeto Ético Político sem superestimar o Serviço Social ou subestimar as lutas sociais, mas com um fazer profissional capaz de mediar teleologicamente as necessidades da população usuária dentro dos serviços prestados. Com isso, SANTOS (2007, p. 82) entende que é chegado a *maturidade do projeto de ruptura, conferindo-lhe suas determinações mais concretas*.

O salto histórico narrado, de meados dos anos 1960 até entremeios da década de 1990, de fato significou um avanço no combate ao conservadorismo através de posicionamentos, legislações e diretrizes firmadas para o coletivo da categoria. Entretanto, como mencionamos, este movimento progressista é protagonizado por assistentes sociais mais próximos às academias. A despeito disso, Netto (1996, p. 112,) aponta para uma especialização de parte da profissão, isto é, uma divisão interna do trabalho que segundo o autor é algo próprio das “profissões amadurecidas: a criação de um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimentos”, que conforma uma *“intelectualidade no Serviço Social”* notoriamente alinhada ao pensamento marxista.

Essa tendência crítico-dialética, ainda que tenha emplacado importantes determinações, não traduz a generalidade da profissão marcadamente plural e sincrética. Mas marca bem o princípio *emancipatório politizante*, pois sua prática “representa um possível conduto de politização dos usuários em relação a sua realidade de vida e serviços institucionais que busca alterar a qualidade dos mesmos” (ABREU, 2016, p. 250). Para instrumentalizar a prática profissional na intencionalidade de politização das relações sociais deve-se medir as

circunstâncias do trabalho, do espaço sócio-ocupacional, o alcance dos serviços e políticas ofertadas e buscar tencionar estes à favor e em conjunto da população usuária, em diálogo com toda a sociedade, por um estímulo democrático. Já o horizonte emancipatório exige mais além dos direitos e políticas sociais burguesas conquistáveis no Estado, mas pode passar pelo fortalecimento e superação destes pela perspectiva de acúmulo de forças.

Tal reflexão crítica e direcionamento contrário ao Serviço Social tradicional teve como solo histórico um momento favorável, de crise capitalista de superprodução, de queda das taxas de lucro e falência do padrão fordista que não chegou a se efetivar plenamente no país. Ocorre que, como saída para essa crise do capital, a partir dos anos de 1970, e fortemente depois dos anos de 1990 no Brasil, exige-se uma austera reorganização societária nos moldes do famigerado “Estado mínimo” sob a lógica do toyotismo/honismo³¹ de padrão de acumulação/produção flexível. Que propõe, além da polivalência do trabalhador, a transferência das ações e estratégias de enfrentamento à “questão social” para a responsabilidade, custeio e execução da sociedade civil.

O Brasil desenvolveu um capitalismo completo nos marcos de sua inserção subordinada e dependente à ordem capitalista e imperialista, e isso implica sua adequação aos padrões da acumulação de capitais que hoje predomina nessa ordem, isto é, uma forma chamada de “flexível” para ocultar ideologicamente seu aspecto extremamente predatório, precarizante das relações de trabalho e contrato, intensificadora da exploração e extração de mais valor, mercantilizante de todas as esferas da vida (IASI, 2019, s/p).

Dessa forma a desoneração do Estado pela socializar os custos dos serviços socioassistenciais essenciais entre a população deixa o orçamento público³² mais livre para ser destinado de acordo com os interesses escusos do mercado. Favorece o crescimento do chamado “terceiro setor” ou sociedade civil organizada, das Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos, das organizações não governamentais e dos projetos filantrópicos empresariais absorvendo grande número de assistentes sociais.

Não necessariamente fortalecendo os movimentos sociais orgânicos à classe trabalhadora como sindicatos e movimentos que historicamente pautam questões estruturais como propriedade da terra e universalização dos direitos e radicalização democrática com

³¹ “Para Coriat (1994) o toyotismo/honismo estrutura-se a partir de uma lógica contrária à da administração científica taylorista. Assim, os elementos básicos constitutivos do sistema japonês “são dados pela produção flexível de pequenos lotes variados, comandada pela demanda, que determina o fluxo do crescimento da produção. A flexibilização da produção puxa a flexibilização da organização do trabalho, incorporando a reagregação de tarefas, [...] (LIMA, 1996, p.169)” (ABREU, 2016, p. 221).

³² “No centro desse novo papel encontramos os mecanismos da dívida e a disputa do fundo público (Salvador et al. 2012). Resumidamente, podemos afirmar que, nessa forma, o desenvolvimento econômico é sugado pelas políticas de superávits primários e a sangria de recursos financeiros, aprofundando as desigualdades, acelerando a privatização e mercantilização dos serviços essenciais, impondo patamares ainda mais perversos da exploração do trabalho.” (IASI, 2019, s/p).

protagonismo popular. Por esta expansão está inserida na lógica privatista dos serviços públicos e de colaboracionismo entre as classes sociais,

sob a retórica neoliberal da descentralização e da participação democrática [...] em que os princípios da competitividade e da lucratividade passam a operar as possíveis respostas às necessidades e demandas sociais [...] inflexionando suas formas de manifestação e lutas (ABREU, 2016, p. 247)

Reiteramos o destaque da autora, no que toca ao retrospecto dessas instituições não estatais, que contribuíram fortemente nas lutas contra as ditaduras no Brasil e na América latina (ABREU, 2016). A problemática apontada por nós é relativa à inversão dessas instituições a partir dos anos de 1980 que passam de instâncias secundárias, de canais de denúncias e apoio aos serviços públicos com potencial aglutinação e politização na “construção de possíveis alternativas na sociedade”; para “organizações voltadas para a elaboração e aplicação de projetos de desenvolvimento econômico social, *abandonando a função de organizar ou subsidiar a luta operária e popular*” (BOITO Jr, 1999, p 83, apud ABREU, 2016, p. 248, grifos nossos)

Ademais, Iasi (2019) evidência na passagem da autocracia burguesa para a construção do Estado democrático de direito a “disputa política nos marcos de uma institucionalidade democrática, neutralizando ou relativizando os instrumentos propriamente coercitivos da ordem burguesa”. Não obstante, a redemocratização propõe uma “democracia de cooptação”, significativamente ancorada na “sociedade civil burguesa” - instituições entre sociedade e Estado - que recolocam de formas inovadas o ordenamento capitalista sobre as relações sociais e o intrínseco processo de valorização capitalista “sob a formalidade do ordenamento jurídico burguês”.

Dessa maneira, a forma política da democracia de cooptação acabou por gerar as condições para o trânsito “modernizador” das condições da exploração capitalista nos novos marcos “flexibilizados”, levando a um patamar ainda maior de concentração e centralização monopolista e o inevitável aumento das desigualdades. (IASI, 2019, s/p)

Irrrompe pelo processo aludido uma diferente tendência profissional de princípio *colaboracionista pacificante*, orientado ao “consentimento ativo e passivo” a partir de “estratégias participacionistas no âmbito da produção e reprodução social e o movimento de autonomização/automatização do processo produtivo e individualização das relações de trabalho [...]” (ABREU, 2016, p. 221).

No mundo do trabalho, o que inclui por óbvio o Serviço Social e todas as demais profissões, as transformações são muitas e as consequências também relativas a desregulamentação e flexibilização, que equivale à perda de direitos e precarização com

destaque para as modalidades de trabalho remoto³³ e a generalização das tecnologias de comunicação nos mais variados processos de trabalho. Nota-se alterações tanto em relação à produtividade quanto à sociabilidade³⁴, “novidades” que envolvem e impulsionam práticas profissionais orientadas pelo supracitado princípio.

[...] a terceirização; o trabalho temporário; o trabalho em tempo parcial, por tarefa, por projeto; o trabalho intermitente, entre outros. Essa heterogeneidade — que tipifica o processo continuado de reestruturação produtiva do trabalho e do capital, caracterizado pelas diversas formas de contratação, de organização e de processamento do trabalho — expressa a nova morfologia ou a “uberização” do trabalho, como vem sendo denominado esse amplo movimento de mudanças que atinge o trabalho no capitalismo contemporâneo. E é preciso considerar que não se trata apenas da empresa Uber, mas, como observado anteriormente, da forma contemporânea do trabalho degradado e superexplorado que se dissemina amplamente para todos os setores e nichos do mercado de trabalho, com intensa incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TIC). (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 134)

A presente vertente profissional é resultado de processos societários que provocaram tensões dentro da cultura profissional e alterações no mercado de trabalho de assistentes sociais, “seja pela redução da demanda de atividades antes significativas (ou porque as suas necessidades diminuíram e/ou foram transferidas para outros profissionais), seja pelo surgimento de atividade novas” (NETTO, 1996, p.120). Algumas determinantes macro-societários que dinamizam a conformação deste novo princípio surgem da “consagração de direitos sociais que alargou os espaços para intervenção profissional”; e da crescente demanda por assistentes sociais em iniciativas, instituições e serviços, privados (não estatais), as iniciativas da sociedade civil (consideradas como supra-classistas ou multiclassistas) recobrando a desresponsabilização do Estado pelo fomento à “*parcerias*” e *colaborações* entre as classes, que contribuem para privatizar os serviços sociais.

A arquitetura da forma política, as eleições, o financiamento e o jogo de cartas marcadas da democracia representativa que leva à constituição das instâncias governativas e parlamentares do Estado burguês determinam de antemão a supremacia dos interesses do capital transpostos para as bases das políticas econômicas que constroem a distribuição do fundo público para satisfazer o

³³ “O teletrabalho, mediado por plataformas digitais, não apenas favorece novas formas de controle e vigilância dos processos e resultados do trabalho pelo empregador, como transfere o gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador[...]. Nesse tipo de gestão por pressão ocorre a intensificação do trabalho, com impactos na materialidade e na subjetividade dos(as) trabalhadores(as): ampliação da jornada de trabalho para dez, doze horas, fadiga pelo tempo excessivo de permanência em frente à tela do computador, multiplicação do número de reuniões até a exaustão, simbiose entre tempo de trabalho e de não trabalho. Contexto favorável ao crescimento do assédio moral, desgaste mental, adoecimentos provocados pelas novas formas de gerenciamento e controle dos processos de trabalho (Raichelis e Vicente, 2019).” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 145)

³⁴ “Ao mesmo tempo, essa dinâmica societária transformou a composição e o perfil da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, compósita e complexa (Antunes, 1999, 2020a e 2020b), o que cria enormes desafios políticos para os sindicatos e entidades representativas da classe trabalhadora construir pautas coletivas que representem os interesses e as necessidades desse conjunto diversificado de trabalhadores e trabalhadoras.[...] flexibilização da legislação protetora do trabalho, que fragiliza a organização coletiva dos(as) trabalhadores(as) e suas resistências” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, P. 140)

apetite do capital financeiro e dos demais segmentos do capital monopolista. Em segundo lugar, mesmo os recursos supostamente disponibilizados para as demandas que visam necessidades essenciais ou serviços e estruturas que interessariam ao conjunto da sociedade são apropriados para saciar essa mesma fome de valorização, como as políticas de infraestrutura, habitação e outras para satisfazer as grandes empreiteiras, ou a financeirização das políticas sociais (Granemann, 2012) e o desvio de recursos públicos para OSs (Organização Social) operarem serviços de saúde, quando não diretamente para empresas privadas, via subsídios ou financiamento direto, como no caso da educação privada (IASI, 2019, s/p).

Além das ONG e algumas organizações filantrópicas que recebem repasses do Estado em alguma medida, destaca nesta onda de crescimentos dos espaços de trabalho de assistentes sociais as *sesmarias-sociais*, os estímulos do Estado à “filantropia empresarial” através de abatimentos fiscais e flexibilizações trabalhistas. Estas instituições se propõem atender às necessidades sociais, mas realizam é imagem/marketing para seus acionistas e destilação dos trabalhadores, aprofundam o caráter excludente de seletividade, compensação e merecimento dos serviços sociais privatizando-os como áreas de “investimento-social” (ABREU, 2016, p. 235).

O que, fora a reverberação da desresponsabilização social do Estado, significa para o Serviço Social um maior mascaramento da “questão social” negando suas fundamentações e operando residualmente, em negação às classes sociais fundamentais e seus papéis na sociedade capitalista. E escancara uma “seguridade social privada” que atende às necessidades de reprodução e qualificação da força de trabalho por meio de “salários indiretos” como incentivos condicionantes à produtividade, sendo esses serviços, portanto co-financiados pelos próprios usuários.

O ideário que vai sustentar a atuação *pacificante* provém da “aceitação do capitalismo como horizonte histórico da humanidade” (ABREU, 2016, p. 226), logo um raciocínio positivista e liberal, que pela crise estrutural capitalista de superprodução radicaliza-se por entre as instâncias da vida social na busca de valorizar e realizar lucro em cada relação. Impregna as práticas sociais pelo direcionamento dos serviços sócio-institucionais de controle social do Estado, pela “revalorização da ideologia da responsabilização do indivíduo com suas própria sobrevivência, direcionada para o provimento de algumas condições materiais mínimas e mais que antes, para a motivação para competir por si mesmo no mercado” (FALEIROS, 1999, apud *idem*).

Portanto, a vertente ideológica deste princípio apresenta-se com traços neoconservadores e pós-modernos, isto é, trata-se de um movimento de refuncionalização de antigos preceitos alinhados à modernização conservadora, logo, possui premissas conformistas e conservadoras travestidas em modernidade a-histórica. Como destaca Silva

(2017, p.71), desloca-se o foco do trabalho da “subserviência consciente à ordem do capital” e prioriza-se a “resignação assumida diante dela valorizando seus pontos positivos e negativos”.

Desse modo, caracterizamos as bases do princípio *colaboracionista pacificante* sob uma

Forma de afirmar direitos com base nas lutas empreendidas nos micros espaços por segmento, na inclusão participativa dos indivíduos excluídos, seu empoderamento [...]. A ênfase participativa e comunitária, em si, é deslocada de sua relação orgânica com o Estado, como seguridade social, como políticas sociais tecidas no processo de luta de classes, fragmentando-se em lutas sociais isoladas e por segmentos, contra o Estado opressor e a burocracia institucional. [...] como lutas sociais contidas empreendidas como uma onda de protestos locais ou por segmentos, não classista, que cresce espontaneamente tendo na ação do indivíduo e na sua liberdade o foco central sem qualquer projeção futura. Sendo assim, o Projeto Ético-Político da Profissão do Serviço Social, como direção social estratégica, tende a ser visto como uma especulação utópica e sem sentido (idem).

Portanto, são práticas profissionais de enquadramento institucional dos usuários, como assinala Abreu (2016, p. 226), voltadas para a adequação das necessidades sociais ao “perfil político-pedagógico e aos limites materiais dos programas assistenciais estatais e privados”. Onde, a autora relaciona na identificação dos ditames neoliberais o convergência da mercantilização dos serviços sociais (MONTAÑO, 1999, apud ABREU, 2016 p. 226) e da refilantropização da “questão social” (YAZBEK, 1995, apud idem), para revelar que a universalização de direitos sociais é uma retórica falaciosa que embala contraditórios processos de “focalização de demandas e de segmentos sociais” na correnteza da privatização dos serviços e ampliação das bases de valorização do capital.

Essa operação não seria tão eficaz sem a mediação de mecanismos ideológicos. Parte da sociedade incorporou a concepção que associa ineficácia aos serviços públicos e a eficácia ao setor privado, bem como a compreensão fundamental que o acesso a serviços, bens e direitos pode e deve ser mediado pelo mercado e deriva da capacidade de indivíduos em concorrência alcançarem posições mais ou menos favoráveis na escala social. Nessa lógica caberia ao Estado apenas a política compensatória e corretiva de atendimento aos que são derrotados nessa concorrência por sua própria incapacidade (IASI, 2019, s/p).

Resta aos programas estatais as demandas não atingidas pelas instituições socioassistenciais da “sociedade civil organizada”. Incorporadas sob viés focalista e precarizado aos serviços que tendem a restringir-se aos programas de transferência direta de renda com exigências que repõem a “questão da seletividade/elegibilidade” no trabalho de assistentes sociais, questão que Abreu (2016, p. 229) considera como tradicional³⁵ e uma das

³⁵ De acordo com Abreu, procedimentos tradicionais de assistentes sociais, “como visita domiciliar, estudo socioeconômico, triagem, etc. [...] conformam um processo seletivo com base em indicadores de extrema necessidade material e, ainda, em avaliações comportamentais e psicológicas comprovadoras de profunda dependência física e psicológica, sem uma preocupação, de fato, de inscrição e manutenção dos usuários no campo dos direitos e de sua emancipação como sujeitos” (2016, p 230).

“principais competências dos assistentes sociais, portanto, referência de legitimação desse profissional no mercado de trabalho”.

As divergências deste princípio *colaboracionista pacificante* vêm tanto pela ascensão privatista nos meios públicos, quanto pela crescente refilantropização das formas de atender a “questão social”. E especialmente pelas retomadas de práticas ligadas diretamente ao processo produtivo, por meio de programas de qualidade³⁶ de vida e de trabalho que buscam o ajustamento e cooptação da população aos novos ditames do mercado de trabalho flexível, desregulamentado e individualizado, retratado por empregos precários sem nenhuma perspectiva de direito, pelo incentivo ao empreendedorismo e à competição individual dos subalternos.

Em outras palavras, o trabalho de assistentes sociais segue um movimento contrário ao que vinha construindo desde os anos de 1960 com o protagonismo do Movimento de Ruptura do Serviço Social tradicional e a compreensão paradoxal de sermos “uma profissão que responde a uma necessidade da ordem burguesa e um campo profissional e teórico comprometido com um projeto ético-político que tem por horizonte a emancipação humana” (IASI, 2019, s/p). E caminha para reforçar os preceitos originários da profissão no Brasil – de mitigar as expressões da “questão social”, organicamente vinculados à classe dominante pela execução *reaparelhada* de sua “*função pedagógica tradicional*” (ABREU, 2016, p. 225). Portanto, este princípio segue a

[...] tendência de se manter a função pedagógica do assistente social vinculada, predominantemente, ao trato de manifestações da questão social, materializadas nas condições de vida e de trabalho das classes subalternas, a partir da combinação entre o tradicional enfoque de natureza psicossocial e as atuais exigências de produtividade e qualidade. Isto é, vinculada, predominantemente, à reprodução material e ao controle político-ideológico das classes subalternas a partir dos interesses do capital, como assinalou Iamamoto (1982) (ABREU, 2016, p. 225).

Assim, o avanço da racionalidade privatista nos serviços e práticas sociais, além de priorizar os aspectos economicistas sob perspectiva de maximização do lucro e da produtividade através de ações que busquem cooptar os trabalhadores/usuários à colaborar para estes fins enquanto competem entre si, e comprovam merecer e/ou carecer dos serviços oferecidos criteriosamente. Em sobreposição à questões de efetiva democratização, de acesso aos serviços e informações pertinentes pela população usuária, de protagonismo na condução dos serviços e de mobilização desta na razão de tencionar coletivamente os espaços e políticas voltados para eles, de forma consciente e organizada. O que retrata bem os traços do Estado moderno,

³⁶ Consultar NETTO, 1996; RAICHELIS, 2020.

Nos últimos 40 anos, o neoliberalismo, projeto político adotado por praticamente a totalidade dos governos no planeta, foi a escolha para a busca da recuperação do crescimento da curva, com base em três eixos: primeiro a alteração do modelo de produção e circulação de mercadorias em âmbitos nacional e mundial, por meio da adoção da flexibilidade na criação de demanda e oferta; segundo da terceirização das plantas fabris e da flexibilização das relações de trabalho com destruição de direitos; alteração no modelo de Estado, com redução da sua intervenção na esfera social, mercantilização do direitos sociais; e por fim a adoção da ideologia individualista e ataque ao sentido do coletivo e da coisa pública, seja no fundamento filosófico, seja nos processos organizativos de ação e política. Derivam daí, as contrarreformas nos mais distintos campos de reconhecimento e validação de direitos, os processos de privatização diretos e indiretos, as novas concepções e metodologias de educação e pesquisa, a defesa de modos de sobrevivência como a falsa ideia de que é possível constituir um largo espectro de indivíduos que seriam “patrões de si mesmos”. (PINTO; CERQUEIRA, 2020, p. 40).

Esta tendência representa um articulado processo de despolitização das lutas sociais e de ocultação das classes fundamentais, reforçando a alienação do trabalho e dos/das trabalhadores/as. Endossando, como aponta Abreu (2016, p. 224), os serviços socioassistenciais como “mecanismos ideológicos” articuladores e materializações da “lógica do mercado” em diferentes instâncias da vida pública e privada.

Tal postura permite ao poder público saciar os interesses do capital monopolista e financeiro e, com o pouco que sobra, centrar sua atenção no atendimento pontual e focalizado em direção aos efeitos mais agudos da miséria absoluta, ainda assim se tal iniciativa for potencialmente possível de contribuir de alguma forma com o processo de valorização ou reprodução do capital fictício (IASI, 2019, s/p).

Contudo, igualmente as outras tendências apontadas por nós, o *colaboracionismo pacificante* não é uma unanimidade dentro da categoria. E os espaços e tendências próprios deste, as instituições não estatais, bem como os desarranjos descentralizadores e focalizadores dos serviços e políticas em marcha privatizante neoliberal e pós-moderna, não limitam as possibilidades interventivas e de trabalho de assistentes sociais. Embora dificulte as atuações de se pautarem pelo Projeto Ético Político do Serviço Social.

De fato, a conclamação participativa e integralista dos usuários pode configurar-se como “instrumento estratégico do processo de politização das relações sociais e de elaboração e afirmação [...] de uma vontade coletiva nacional-popular” (ABREU, 2016, p. 238). Se, somente se, percebido criticamente o movimento privatista do Estado em alinhamento neoliberal e os reforços assistencialistas paraestatais de vertente pós-moderna. De modo a favorecer uma “participação popular integrada à luta pela democratização dessas políticas e universalização dos atendimentos”.

A contraditoriedade de nossa ação é que operamos com uma intencionalidade que está em flagrante contradição com o mandato institucional de onde atuamos. [...] É o destino de todos aqueles que vivem na ordem do capital e adquiriram consciência da necessidade de superá-la. [...] O espaço institucional no qual realizamos nossa tarefa sócio-ocupacional tende, pelas condições gerais expostas, a impor o mandato

institucional subjungando nossa intencionalidade ético-política transformadora (IASI, 2019, s/p).

E neste contraditório estágio do desenvolvimento profissional, evidencia uma prática de possibilidades igualmente contraditórias que repõem a dicotomia da entre, “crítica radical ao capitalismo” e “acúmulo de forças” (SILVA, 2017, p.73); evidenciando o caráter conservador da segunda linha por limitar-se ao Estado burguês. Refiro-me ao *empoderamento* que apresenta-se como proposta de intervenção profissional, tanto em perspectiva potencialmente crítica e politizante, quanto e mais fortemente na dissimulação e fragmentação dos usuários e das demandas do trabalho – em perspectiva conservadora liberal/empreendedora.

Esse aspecto faz com que uma política claramente contrária aos interesses dos trabalhadores encontre entre as massas as bases de sustentação, passiva, mas por vezes ativa, que desequilibra a correlação de forças e sustenta a reação política. Isso implica que qualquer perspectiva transformadora tenha que lutar não apenas contra seus inimigos de classe, mas contra significativos setores da classe trabalhadora capturados pela ideologia dominante (IASI, 2019, s/p).

Abreu (2016, p. 250) reitera a possibilidade de o *empoderamento* ser “canalizado para uma perspectiva emancipatória”, percebe este como alternativa de fortalecimento e resistência política. Porém, destaca que esta prática vem se consolidando restrita aos “parâmetros materiais e político-ideológicos das saídas privatistas e corporativistas impostas pelas políticas sociais do Estado neoliberal”. E com descomunal apelo à autonomia e independência dos usuários, em flagrante responsabilização destes por suas condições de “subalternos”, e aponta como soluções às necessidades sociais - expressões da “questão social” - iniciativas particulares e/ou consubstanciadas em “redes de serviços privados e parcerias com o Estado, que tanto podem qualificar as iniciativas populares, quanto, ao mesmo tempo, acabam reforçando a responsabilização do sujeito com sua própria reprodução”. Dessa forma,

o profissional do Serviço Social tem o risco potencializado de ser o *administrador da gestão da precarização do acesso a serviços* através de ações públicas menos identificadas como “direitos” e mais direcionadas a ações focalizadas de controle e minimização dos efeitos da miserabilidade absoluta, ainda assim de forma focalizada e gotejante (IASI, 2019, s/p, grifos nossos).

Pelo exposto, este último princípio educativo é o que orienta ações que representam mais diretamente a contemporaneidade e uma dificuldade sistêmica em afirmar a estratégia crítica coletiva do Serviço Social, especialmente agora em tempos de pandemia da COVID-19 e as problemáticas, porém necessárias medidas de isolamento social e catapultaram o trabalho de muitos/muitas assistentes sociais aos meios digitais³⁷. Nesta perspectiva, o trabalho de

³⁷ "Há um impacto profundo na forma de ser do trabalho profissional, que se materializa por meio da relação presencial, dialógica e político-pedagógica com os sujeitos com os quais assistentes sociais trabalham e para os quais prestam serviços profissionais. Portanto, embora o capital se aproprie hegemonicamente das tecnologias

assistentes sociais tende a orientar-se sob as instituições contratante e norteado pelas determinações das políticas sociais, de modo a forçar ou restringir a interação do sujeito/usuário de forma pré-determinada e alheia a este - agindo por critérios de exclusão-inclusão dos serviços e pela promoção das saídas individualistas. Realiza-se por abordagens pedagógicas de “teorias não críticas”, sobretudo tecnicistas e tecnológicas, são práticas essencialmente liberais e conservadoras. Que visam oferecer ao sujeito um poder de liberdade dentro de uma totalidade idealizada ou em “situações controladas” para desenvolver-lhe contidamente em suas determinações e condicionar-lhe os atos e aspirações de modo a naturalizar a precarização do trabalho e de quem vive dele e estimular às saídas empreendedoras.

Seria, no entanto, equivocado generalizar tal postura para o conjunto da categoria profissional e mesmo para a intelectualidade que forma e formula no campo. Lembremos inicialmente que a democracia de cooptação encontrou seus porta-vozes no interior do campo, que ainda que com as “melhores das intenções” implementaram políticas e justificaram os termos da conciliação de classe.[...] Ao me referir às “melhores intenções” quando me dirijo àqueles que implementavam serviços e políticas no ciclo da conciliação de classes. Temos que distinguir entre o sentido geral da conciliação e seus protagonistas (que devem ser identificados e responsabilizados) e aqueles que na linha de frente procuravam operar políticas e serviços para garantir o acesso dos trabalhadores a um ou outro direito, [...] nos diferentes pontos institucionais em que a “questão social” explode de forma mais dramática. Ignorar e menosprezar os esforços desses colegas é um equívoco teórico, uma flagrante falta de solidariedade de classe e, no limite, um profundo preconceito contra quem trabalha e não tem a opção de viver no reino dos fundamentos e dos princípios (IASI 2019, s/p).

Certamente é possível identificar outras correntes ideológicas, técnicas e metodológicas nascentes do contraditório processo histórico-social dentro da cultura profissional do Serviço Social brasileiro. Contudo, para seguir esse estudo consideramos os seguintes princípios educativos identificados no desenvolvimento da profissão: o ***conformismo mecanicista, o emancipatório politizante e o colaboracionista pacificante***. Cada qual desses princípios é produto de seu tempo no dialético processo histórico como já dito. Tornando-se paradigmas que na contemporaneidade coexistem e relacionam-se de diversas formas na cultura profissional, na formação acadêmica e no fazer profissional como um todo.

digitais para ampliar os níveis de produtividade e de superexploração do trabalho, é preciso adotar estratégias para tensionar e utilizar essas tecnologias na perspectiva contra-hegemônica de fortalecimento dos valores ético-políticos que orientam o projeto profissional.” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 146).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a estudar o Serviço Social no Brasil com foco na dimensão pedagógica do exercício profissional. Nos orientamos por uma pesquisa bibliográfica de produções que trabalharam os perfis pedagógicos da prática profissional, exigindo uma leitura qualitativa e uma análise crítica e contextualizada das informações, como parte e resultado da revisão de literatura. No esforço de construir um Trabalho de conclusão de curso que estabeleça mediações teóricas críticas e propositivas para o Serviço Social, sendo ao mesmo tempo retorno, síntese e expressão de todo o processo formativo vivenciado na Universidade Federal de Ouro Preto.

A pesquisa surgiu da necessidade de melhor entender o trabalho de assistentes sociais e suas realizações cotidianas, para além dos resultados quantitativos pragmáticos de mediação e instrumentação de políticas, direitos e serviços sociais. Com um olhar para além do técnico que opera “ações intermitentes, burocratizadas, [...] de um pseudo-caráter filantrópico. Marcadas pelo fornecimento dos chamados benefícios sociais, podendo ser realizada por qualquer pessoa” (IAMAMOTO, 2004, p. 121). Mas, atento ao que reservam às intervenções cotidianas deste trabalho em seu singular contato com a população, que “faz dos serviços sociais um suporte material [...] para o exercício do controle” social ideológico (GONÇALVES, 2017, p. 75).

Isso é, assistentes sociais estabelecem “relações pedagógicas” com seu público a partir da “ação material e ideológica” própria dos atendimentos desses profissionais que interferem “na reprodução física e subjetiva” dos sujeitos envolvidos (ABREU, 2016, p.51). Em outras palavras, este trabalho busca contribuir para a construção de respostas qualificadas diante das condições objetivas e materiais de vida da população atendida, na busca pela politização e/ou mobilização na consciência desses sujeitos, desdobramentos que são produtos da dimensão pedagógica do Serviço Social.

As reflexões se arquitetaram a partir das percepções dos Fundamentos do Serviço Social brasileiro, a inserção deste na sociedade, o significado e a razão de seu trabalho. Avançamos na discussão da dimensão político-pedagógica do Serviço Social evidenciada pelo trabalho essencialmente sócio-educativo de assistentes sociais em intervenções junto aos usuários nos tratos as expressões da “questão social” mediatizados pelas determinações do Estado e da sociedade civil. E almejamos analisar diferentes perfis pedagógicos dentro da cultura profissional em desenvolvimento, vinculados a determinadas correntes ideológicas e teórico-metodológicas.

Pontuamos que, assistentes sociais são fundamentalmente força de trabalho especializada, que como tal, surge em resposta a demandas sociais específicas, no caso a generalização da miséria e a exclamação das desigualdades sociais, fortemente, a partir do capitalismo monopolista no Brasil. Assim, reitero que a justificativa da profissão é a “questão Social” e suas múltiplas expressões sociais, econômicas, políticas e culturais que demandam intervenções cada vez mais qualificadas do conjunto da sociedade e conformam historicamente as ações e espaços ocupacionais do Serviço Social, traduzidos nas políticas sociais e demais serviços socioassistenciais públicos e privados que realizam-se sobre as relações sociais, entre homens e mulheres, imprimindo-lhes determinado sentido e ordem em prol da reprodução da sociedade enquanto atende maquievelicamente às suas necessidades básicas. Portanto, entendemos o trabalho da/o assistente social como empreendimento conjunto do Estado e sociedade civil para dar lúdimo à hegemonia dominante por meios de intervenções objetivas e materiais consubstanciados ideologicamente na conservação do status quo e na reprodução das relações sociais alienadas e mercantilizadas.

O Serviço Social faz parte de um conjunto de “estratégias e mecanismos sociopolíticos, culturais e institucionais, necessários para o enquadramento da reprodução social aos padrões morais de sociabilidade e do controle político sobre os subalternizados” (ABREU, 2016, p. 51). Ou seja, a profissão é chamada historicamente pela classe dominante para “disciplinar a reprodução da força de trabalho, controlar suas expressões sociais e políticas e atenuar as sequelas materiais e morais do trabalho assalariado” (IAMAMOTO, 2004, p.121). Logo, desempenha uma função educativa, formativa, sobre a consciência da população atendida, na razão de estabelecer valores morais e filosóficos necessários, segundo Abreu (2016, p. 23), para o desenvolvimento de uma cultura hegemônica adequada às exigências da classe dominante capitalista.

As respostas às expressões da “questão social” dão-se, portanto, por vias institucionais e o trabalho de assistentes sociais é assim balizado por contratos que estabelecem os contornos do trabalho e restringem as políticas, serviços e expressões da “questão social” atendidos. Contudo, além da condição genérica de trabalhadores assalariados, profissão regulada e inserida no modo de produção capitalista, as particularidades deste trabalho evidenciam um fazer próprio de *intelectual*: agente político organizador e dirigente das necessidades sociais através de atividades essencialmente ideológicas de impacto material e subjetivo.

Este não se esgota no valor de uso dos serviços prestados, porque possui uma dimensão de trabalho humano abstrato que participa da “luta pela hegemonia entre forças sociais” (IAMAMOTO, 2015, p.214). E, no que toca à edificação da hegemonia, Neves (2017, s/p.)

pontua que é um trabalho que demanda “um consentimento ativo não só no discurso, mas, principalmente, na ação política, é, portanto, um processo pedagógico”. Fica assim deflagrado para a profissão “a função política de cunho educativo que a particulariza dentro do conjunto de especializações surgidas na divisão social e técnica do trabalho” (GONÇALVES, 2017, p. 59).

Cabe destacar que a dimensão pedagógica é apenas uma das dimensões que atravessam o trabalho de assistentes sociais sustentada por questões de cunho teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo no seu exercício profissional. Atentemos ainda para a não superestimação desta dimensão do trabalho, o que pode levar a profissionais messiânicos, ou o contrário que pode desembocar em posturas fatalistas, igualmente postas pelo reconhecimento da “questão social”, mas incapazes de enfrentá-la em sua complexidade (IAMAMOTO, 2004, p.113).

O trabalho de assistentes sociais está inserido em serviços e espaços de atenção à população usuária das políticas sociais, um ambiente complexo onde desenvolve-se a cultura profissional. Logo, é preciso considerar a complexidade de prática profissional, são muitas as mediações necessárias à realização do trabalho de assistentes sociais o que levam à existência de distintos perfis profissionais, que pautam suas atuações por diferentes projetos societários, vinculados ou não ao direcionamento crítico do projeto hegemônico do Serviço Social. O que evidencia o pluralismo profissional e nos alerta para um perigoso ecletismo e/ou sincretismo presente nas práticas e posicionamentos profissionais.

Enquanto intelectuais, assistentes sociais “dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais” (IAMAMOTO, 2015, p. 102). Contudo, “no âmbito profissional, não existem ações pessoais, mas ações públicas e sociais de responsabilidade do indivíduo como profissional e da categoria como um todo” (GUERRA, 2000, p. 13). A conotação ideológica pedagogicamente orientada e consubstanciada no atendimento técnico ordinário e material de assistentes sociais é denominada por Abreu (2016) com princípio educativo, e este pode estar vinculado a “projetos diferenciados de cultura” com distintas referências teórico-metodológicas e desdobramentos práticos.

A autora aponta determinantes sócio-históricos e tendências teórico-metodológicas conformadoras dos princípios educativos que orientam historicamente a ação pedagógica de assistentes sociais. E assim, revela diferentes perfis profissionais ao explicitar dentro do processo histórico brasileiro o desenvolvimento do Serviço Social de forma a priorizar na análise as “estratégias educativas” (ABREU, 2016, p. 45). Assim sendo, o princípio educativo diz respeito à base ideológica que sustenta a ação profissional técnica de dimensão

pedagógica. Logo, é um produto sócio-histórico em constante metamorfose dentro do processo social de produção e luta de classes. Significa dizer que, coexistem diferentes princípios educativos e/ou orientações, paradigmas, em permanente disputa pela hegemonia das práticas pedagógicas e uns e outros se sobressaem em certos momentos históricos.

Através da análise do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, da complexa prática profissional, dos muitos espaços sócio-ocupacionais e das normativas, legislações e diretrizes, vistas como materialização da cultura e direcionamento profissional. Foi possível identificar as estratégias e tendências político-pedagógicas no curso da profissão e determinar os seus princípios educativos mais gerais. Esta análise revelou abordagens consubstanciadas em princípios educativos sincréticos e conservadores por excelência, como o dogmatismo humanista-cristão e o formalismo burocrático do Estado. Bem como, uma vertente crítica-dialética influente na profissão brasileira pelo menos desde os anos de 1960.

O estudo nos levou a estabelecer três grandes princípios pedagógicos: *o conformismo mecanicista, o emancipatório politizante e o colaboracionista pacificante*. Identificados, cada um, como fruto dos processos históricos dialéticos, e a partir da consonância das exigências de racionalização e organização da produção e reprodução das relações sociais em métodos, orientações, objetivos e conteúdos mesmos do trabalho de assistentes sociais.

Onde o primeiro é relativo a "emergência" e institucionalização do Serviço Social, especialmente nos seus anos iniciais quando as necessidades do padrão fordista/taylorista de produção e de trabalho exigem a conformação da classe trabalhadora nacional à disciplina metódica, mecânica, do novo padrão produtivo, sendo concretizado por práticas de "Serviço Social de Caso", e por meio de fiscalizações e imposições no ritmo de produção, entrevistas inquisitoriais e corretoras, e padronização dos modelos familiares, etc.

O princípio apresentado seguidamente possui vinculação com as experiências das Ligas Camponesas, com as Entidades Eclesiásticas de Base e com um movimento de ruptura do Serviço Social com as bases conservadoras supracitadas. Trata-se do princípio educativo emancipatório politizante, explicitado no Movimento de Reconceituação, no Congresso da Virada (1979) e mais amadurecido nos princípios fundamentais do atual Código de Ética profissional. Este tem suas referências ancoradas no pensamento crítico marxista com diversos expoentes, como a assistente social Marilda Iamamoto e outros. E as práticas são orientadas a partir dos usuários, não necessariamente conformando estes às exigências do modo de produção, mas, pela priorização das necessidades deles próprios invertendo assim as bases de legitimação do Serviço Social.

Já o último princípio educativo elencado por nós - o colaboracionista pacificante - é percebido como uma inflexão da vertente supracitada, um movimento de resgate e retorno às tradicionais práticas profissionais e suas bases de legitimação ligadas às classes dominantes. Acrescido do diferencial pós-moderno e neoliberal, que intensifica os ditames do liberalismo e complexifica a perspectiva positivista. De forma a buscar um "consentimento ativo e passivo" da população, alicerçado em profundas transformações societárias notórias desde os anos 1970, mas efetivamente marcantes a partir de 1990, com exponencial crescimento dos espaços de trabalho de assistentes sociais nos âmbitos público e especialmente no setor privado com as iniciativas da sociedade civil (consideradas como supra-classistas ou multiclassista). Caracterizado, portanto, pelo fomento à "parcerias" e colaborações entre as classes, pela privatizar os serviços sociais e conseqüentemente a desresponsabilização do Estado com as expressões da "questão social".

Estes princípios educativos apresentam-se como acúmulo prático e intelectual da profissão, portanto, é uma dimensão apropriada no cotidiano de trabalho por diferentes formas. Contudo, suas expressões concretas, digo as práticas que lhes são características, multiplicam-se no desenvolvimento da profissão em continuidades, rupturas, e ressignificações de ações que ontologicamente vão conformando o Serviço Social. Há, sobretudo no tocante à intervenção profissional, mesclas desses princípios sob diferentes perspectivas. E não cabe, sob nenhuma hipótese, uma estratificação ou enquadramento de profissionais segundo os princípios apontados neste trabalho. O objetivo aqui foi subsidiar reflexões críticas e propositivas que possibilitem aos e as profissionais melhor compreender o seu trabalho e exercitar sua autonomia, ainda que relativa aos ditames do trabalho assalariado, num sentido de qualificação contínua dos serviços e reafirmação do compromisso do Serviço Social com as demandas e interesses da população usuária, da classe trabalhadora.

Concluimos que a chave para esta análise da dimensão pedagógica do Serviço Social passa pela apreensão da prática profissional e suas conotações, percebidas fortemente por orientações coletivas da categoria e pela legitimação e imagem social da profissão. Neste caminho, Abreu (2016, p. 42), afirma em nota, referenciando Mota e Amaral (1998, p. 25), "que a identificação das demandas postas no mercado profissional de trabalho dos assistentes sociais não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam", considerando a sociedade capitalista um "sistema de necessidades alienado". É essa a roupagem de grande parte do Serviço Social, a reificação das demandas sociais. Neste processo a prática profissional é determinante e a condução profissional é reveladora do princípio educativo que

a orienta pelos resultados que objetiva - conscientização, empoderamento, subserviência, etc.

Tal arsenal do Serviço Social pode tanto embasar e potencializar o trabalho profissional quanto pode restringir e/ou constranger a prática. Há de pesar muito nesta relação a situação particular de cada profissional em seu campo sócio-ocupacional. De modo que, a subjetividade e a autonomia profissional são os diferenciais, e são de fato essenciais no cotidiano de trabalho. Uma vez que, as tipificações legais são deveras pluralistas - ou até ecléticas - com vistas a legitimar e/ou atender diferentes projetos, classes e segmentos sociais.

Diante o exposto, o desafio está em (re)definir o princípio educativo atual, para tanto uma análise de conjuntura e recortes locais são necessários. Tal esforço ainda precisa ser realizado, contudo, pode-se dizer que as abordagens pedagógicas do trabalho de assistentes sociais hoje combinam distintos princípios, e pode expressar tanto o pluralismo quanto uma decadência ideológica para a profissão. Sendo necessário um estudo mais criterioso sobre a contemporaneidade.

A questão da pandemia do COVID-19 embora não seja tema deste trabalho, é um contexto impossível de não ser abordado, ainda que tenha sido de forma tangencial e exija uma análise mais criteriosa. Sua relevância se dá tanto pelos motivos macrossocietárias apresentados de agudização da crise capitalista e aceleração da precarização do trabalho e demais requisitos neoliberais. Quanto aos impactos sentidos durante a produção desse TCC, enquanto estudante, desempregado e desalentado em um cenário extremamente melancólico e desesperançoso; e os impactos perversos na Educação como um todo, sobretudo quanto à generalização do EAD³⁸.

Além do mais, o “capitalismo pandêmico” ou ‘capitalismo tóxico e virótico’ (Antunes, 2020a, apud RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 139), uma vez que combina crescentes níveis de exploração e degradação humanas à destruição sistemática do meio ambiente” escancara a “questão social” e suas expressões e faz com que novas estratégias político-pedagógicas desenvolvem-se dentro da profissão. Especialmente incorporando as “novas” tecnologias e plataformas de comunicação digital, onde mais uma vez a autonomia e instrumentalidade crítica de assistentes sociais será o diferencial para desenvolver trabalhos alinhados aos

³⁸ “O impacto das TIC e das novas formas de gestão empresarial e gerencialista das políticas educacionais e do trabalho docente é imenso e diversificado: no tipo de contrato uberizado (temporário, intermitente, terceirizado); na expansão ilimitada do número de alunos por turma; na expropriação do saber docente; na perda de autonomia acadêmica para tomada de decisões sobre procedimentos pedagógicos, definição de conteúdo, material didático, metodologias de avaliação etc. Diante do quadro de crise sanitária e econômica, é necessário resistir à naturalização da racionalidade tecnológica associada aos interesses de valorização capitalista” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 140)

princípios éticos-políticos do Serviço Social. A princípio percebo que as exigências da pandemia aceleram os processos da digitalização dos trabalhos, incluindo o trabalho de assistentes sociais, e favorece, portanto, o princípio colaboracionista pacifista de orientações a-críticas e tecnicistas. O que não prioriza a informação e articulação da população atendida em sentido emancipatório, mas que visa absorvê-los a lógica do mercado estimulando que colaborem com inovações e demais atitudes pacifistas. Afirmando, também, que não podemos ceder a esse “novo normal” que tanto nos impacta e devemos pressionar as autoridades para buscar soluções efetivas à questão, a fim de retornarmos às práticas de trabalhos presenciais que oportunizam uma relação dialógica com a população na condução dos serviços.

Considero, também, que há pontos que poderiam ter sido mais aprofundados neste estudo e outros que não foram alcançados por diferentes razões, mais intensamente por extraordinário stress, mágoas, frustrações e limitações objetivas impostas pelo nefasto contexto pandêmico que assombrou esta pesquisa e que segue a ceifar milhares de vidas diariamente sem grandes esperanças de melhoria a curto e médio prazo.

Por exemplo, o intento de indicar a dimensão político-pedagógica do trabalho como instrumentalidade no fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional poderia ter sido melhor explorado, pela busca de indicações práticas e teóricas pertinentes como experiências e estratégias de Educação Popular no Serviço Social. Não obstante, um esforço para demonstrar as práticas pedagógicas empregadas por assistentes sociais guiados pelos expostos princípios, também enriqueceria demasiadamente este trabalho dando-lhe maior concretude.

Dito isso, avalio que cumprimos um papel provocativo e reflexivo de significativa importância e contemplamos a tarefa de sistematizar os conhecimentos e vivências da universidade. Foi produzido um trabalho que reflete a compreensão construída na formação sobre a profissão do Serviço Social e a sensação de que “há trabalho por fazer” parece-me fundamental à guisa de um profissional crítico, aliado aos interesses da população usuária e comprometido com a prestação de serviços com ética e qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do serviço social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, n. 79, ano XXV, especial, 2004

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2016. 287 p.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.238> >. Acessado em: 07/04/2021.

BRASIL. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, novembro de 1996

BRASIL. **Regulamentação do TCC do Serviço Social da UFOP**. Mariana: Departamento de Serviço Social, 2013.

BRASIL. Resolução nº 273. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), de 13 de Março de 1993.

BRASIL, Resolução nº 383. **Caracteriza o assistente social como profissional da saúde**. Brasília: CFESS, de 29 de março de 1999.

BRASIL, LEI Nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Lei que regulamenta a profissão de assistente social** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do serviço social**: Um estudo a partir da produção da área. 2015. 253 f. Tese (doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Seminário do congresso da virada**: Imperdível! 16 e 17 de novembro de 2009, no Anhembi, em São Paulo. Postagem de chamada de um seminário para lembrar o momento histórico e fortalecer os rumos do direcionamento político que o serviço social escolheu em 1979 no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que ficou conhecido como o Congresso da Virada. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/317>> Acessado em:25/03/2021.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 413 p.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia**: diálogo e conflito. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. 94 p.

GALEANO, Eduardo H. **As Veias abertas da América Latina** [1978?]. Tradução de Sérgio Franco, Porto Alegre-RS: L&PM, 2019. 400 p.

GONÇALVES, Taciane Couto. **O caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais**. 2017. 150 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Brasília: CFESS/ABEPSS - UNB, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006. 400 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. 216 p.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015. 495 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.091>> Acessado em: 25/03/2021.

IASIS, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 136, Sept./Dec. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.187>> Acessado em: 09/04/2021.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf> Acessado em: 25/03/2021.

MARQUES, Luciana P. As diferenças na educação. **Revista de Educação do Cogeime**, São Bernardo do Campo-SP, nº 30. p.43-50, junho, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política [Livro I]. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 894 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista** [1848], tradução de Sueli T. B. Cassal, Porto Alegre-RS: L&PM, 2019, 144 p.

MENESES, Jaldes Reis de. Carlos Nelson Coutinho: a hegemonia como contrato. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 675-699, out./dez. 2013.

MOLJO, C. B; SILVA, J. F. S. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate. GUERRA, Y. [et al]. **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

NETTO, José. Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 7ª ed. 2009. 176 p.

NETTO, José. Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, nº50, p. 87-132, abril, 1996.

NEVES, Angela. Vieira. Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21. **katálysis**, vol. 20. nº1 . 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802017.00100004>>. acessado em 15/01/2020.

PINTO, Marina. Barbosa; CERQUEIRA, Augusto. Santiago. Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo.. **Libertas**, Juiz de Fora - MG. V. 20, nº 1, jan/jun 2020. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.30485>>. Acessado em 08/04/2021.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no serviço social em tempos de devastação e pandemia. Revista **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 140, p.134-152, jan/abr. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.242>>. Acessado em: 09/04/2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015. 369 p.

SANTOS, Pedro Pereira. **Educar para quê? uma análise gramsciana da prática do educador social com crianças e adolescentes**. 2017. 297 f. tese (doutorado em Educação brasileira) - Faculdade de Educação, Fortaleza-CE, 2017.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez. 2007.

SANTOS, Roberto V., Abordagens do processo de ensino e aprendizagem. **Integração**, São Paulo, ano XI, nº 40, p. 19-31, Jan./Fev./Mar., 2005.

SILVA, José Fernando. S., Serviço social e tendências teóricas atuais. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, nº 1, p. 67-76, jan/abr. 2017.

SILVA, Anália Barbosa; SILVA, Diego Tabosa; JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. **4º Simpósio mineiro de Assistentes Sociais**. 2016. Texto disponível em:<<https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ec/e5a070-a4a6-4ba1-8e4a-81b016479890.pdf>> > Acessado em novembro de 2019.

SILVA, M. M. O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 559-587, 2019

SIMIONATTO, Ivete; NEGRI, Fabiana. Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, nº 1, p. 13-21, jan./abr. 2017.

SOUSA, Adrianyce A. S.; CARVALHO, Ivy Ana; MARQUES, Morena. O debate teórico ídeo-político do serviço social contemporâneo: aproximações críticas. In: RAMOS, Adriana; et al. (Orgs.). **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas**: subsídios analíticos para o Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Capítulo VII, p. 132-139.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do serviço social**: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. 2019. 333 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, nº 109, p. 5-30, jan./mar. 2012.